

Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Sete de Setembro

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Há 191 anos o Brasil viveu sua primeira grande mudança política. Deixou de ser uma colônia para se transformar em um país independente. Hoje, nosso Grito do Ipiranga é o grito para acelerar o ciclo de mudanças que, nos últimos anos, tem feito o Brasil avançar. O povo quer, o Brasil pode e o governo está preparado para avançar nesta marcha. 2013 tem sido um ano de intensos desafios políticos e econômicos aqui e no resto do mundo. Apesar da delicada conjuntura internacional, nossa economia continua firme e superando desafios. Acabamos de dar uma prova contundente. No segundo trimestre fomos uma das economias que mais cresceu no mundo. Superamos os maiores países ricos, entre eles os Estados Unidos e a Alemanha. Ultrapassamos a maioria dos emergentes e deixamos para trás países que vinham se destacando, como o México e a Coreia do Sul.

O melhor é que crescemos em todos os setores, e a indústria e os investimentos mostraram franca recuperação. Falharam mais uma vez os que apostavam em aumento do desemprego, inflação alta e crescimento negativo. Nosso tripé de sustentação continua sendo a garantia do emprego, a inflação contida e a retomada gradual do crescimento. A inflação está em queda. Os índices de julho e agosto foram baixos e a cesta básica ficou mais barata em todas as 18 capitais pesquisadas. Vamos fechar 2013 com uma inflação, mais uma vez, dentro da meta, o décimo ano consecutivo em que isso ocorre. O emprego continua crescendo. Já geramos 900 mil vagas este ano e mais de 4 milhões e 500 mil desde o início do meu governo.

Estamos também tomando medidas eficazes para conter as oscilações bruscas do dólar, que afetam a economia de todos os países emergentes, sem exceção. Essas oscilações são decorrentes de alterações da política monetária americana e afetam a todos. A situação ainda exige cuidados, porém há sinais de que o pior já passou. Não vamos descuidar um só instante. Vamos manter o equilíbrio fiscal, o estímulo ao investimento, a ampliação do mercado interno e a garantia de nossas reservas internacionais para estabilizar as flutuações do mercado cambial.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu sei tanto quanto vocês que ainda há muito a ser feito. O governo deve ter humildade e autocrítica para admitir que existe um Brasil com problemas urgentes a vencer, e a população tem todo o direito de se indignar com o que existe de errado e cobrar mudanças.

Mas há, igualmente, um Brasil de grandes resultados, que não podemos deixar de enxergar e reconhecer. Não podemos aceitar que uma capa de pessimismo cubra tudo e ofusque o mais importante: o Brasil avançou como nunca nos últimos anos. Infelizmente ainda somos um país com serviços públicos de baixa qualidade. Estamos aprofundando os cinco pactos para acelerar melhorias na saúde, na educação e no transporte, e para aperfeiçoar a nossa política e a nossa economia. O Pacto da Educação já garantiu 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. Esse será um dos maiores legados do nosso governo a

gerações presentes e futuras, e vai trazer benefícios permanentes à população brasileira por um período mínimo de 50 anos.

Já o Pacto do Transporte Público vai significar, no curto e médio prazo, obras e projetos capazes de melhorar a mobilidade e o transporte coletivo nas nossas maiores cidades. Isso significa mais metrô, monotrilhos, corredores de ônibus e VLTs. O Pacto pela Estabilidade Fiscal está mobilizando nossos esforços para manter equilibradas as contas públicas e a inflação sob controle. Isso é fundamental para que o Brasil cresça e continue gerando empregos.

O Pacto da Reforma Política e Combate à Corrupção acaba de dar um bom passo com a proposta de decreto legislativo para a realização do plebiscito. Queremos mais transparência, mais ética, honestidade e mais democracia. Isso passa, necessariamente, pela reforma das práticas políticas em todos os níveis. Só assim poderemos acabar com o desmando e combater, sem tréguas, a corrupção como queremos e como o Brasil necessita.

Minhas amigas e meus amigos,

O Pacto da Saúde irá produzir resultados rápidos e efetivos. O Mais Médicos está se tornando realidade, e tenho certeza de que, a cada dia, vocês vão sentir os benefícios e entender melhor o grande significado deste programa. Especialmente você que mora na periferia das grandes cidades, nos pequenos municípios e nas zonas mais remotas do país, porque você conhece bem o sofrimento de chegar a um posto de saúde e não encontrar médico, ou ter que viajar centenas de quilômetros em busca de socorro. O Brasil tem feito e precisa fazer mais investimentos em hospitais e equipamentos, porém a falta de médicos é a queixa mais forte da população pobre. Muita morte pode ser evitada, muita dor, diminuída, e muita fila, reduzida nos hospitais, apenas com a presença atenta e dedicada de um médico em um posto de saúde.

A vinda de médicos estrangeiros, que estão ocupando apenas as vagas que não interessam e não são preenchidas por brasileiros, não é uma decisão contra os médicos nacionais. É uma decisão a favor da saúde.

O Brasil deve muito a seus médicos, o Brasil deve muito à sua Medicina, mas o país ainda tem uma grande dívida com a saúde pública e essa dívida tem que ser resgatada o mais rápido possível.

Queridas brasileiras, queridos brasileiros,

Esse é um momento que exige coragem e decisão em todos os sentidos. A coragem é irmã da liberdade e mãe de todas as mudanças. Esse é um momento de fazer o governo chegar cada vez mais perto do povo, e do povo participar cada vez mais das decisões de governo. Mais que nunca, o Brasil está aprendendo que o que importa não é termos problemas. O importante é termos as soluções, e mais soluções estão a caminho. Ainda este mês, vamos fazer novos leilões de portos, aeroportos, ferrovias e rodovias. Esses leilões vão injetar bilhões e bilhões na economia, gerando centenas de milhares de empregos.

Vamos também leiloar, em outubro, um imenso campo de petróleo do pré-sal, o Campo de Libra. Para vocês terem uma ideia, ao longo dos últimos cem anos de exploração do petróleo no Brasil, acumulamos, de reservas, 15 bilhões de barris equivalentes de petróleo. Vejam vocês, só o Campo de Libra tem um potencial de reserva entre 8 a 12

bilhões de barris equivalentes de petróleo. Para sua exploração será exigida grande mobilização de recursos, como, por exemplo, a construção de 15 a 17 plataformas. Assim, vamos estimular toda a cadeia produtiva e gerar milhares e milhares de empregos. Além disso, os royalties das áreas já em exploração e daquelas descobertas neste e em outros campos vão gerar recursos gigantescos para a educação. Mais creches, alfabetização na idade certa, escolas em tempo integral, ensino médio profissionalizante, mais vagas em universidades, mais pesquisa e inovação, e professores mais preparados e bem remunerados, tudo isso requer mais investimentos e recursos. Devemos transformar a riqueza finita do petróleo em uma conquista perene da nossa sociedade. A educação é a grande estrada da transformação, a rota mais ampla e segura para o Brasil seguir avançando e assegurando oportunidades para todos, o verdadeiro caminho da independência.

Viva o Sete de Setembro! Viva o Brasil! Viva o povo brasileiro!

Obrigada e boa noite.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção da lei que destina recursos dos royalties do petróleo para Educação e Saúde – Brasília/DF

Palácio do Planalto, 09 de setembro de 2013

Queria cumprimentar a todos os presentes.

Cumprimentar o vice-presidente da República, Michel Temer.

O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Henrique Eduardo Alves.

Cumprimentar as senhoras e os senhores ministros de Estado presentes nessa cerimônia, cumprimentando o ministro da Educação, Aloizio Mercadante e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Cumprimentar os vice-governadores Joaquim Washington Luiz de Oliveira, do Maranhão, e Flávio Arns, do Paraná.

Cumprimentar os senhores senadores José Pimentel, líder do governo... Me desculpe, Zé Pimentel, escreveram seu nome errado, mas tudo bem. Senadores José Pimentel, líder do governo no Congresso Nacional; Eduardo Suplicy e Wellington Dias.

Cumprimentar os deputados federais aqui presentes. Pedir ao Arlindo a licença para cumprimentar primeiro o André Figueiredo relator do projeto na Câmara dos Deputados.

Cumprimentar o Arlindo Chinaglia, líder do governo na Câmara dos Deputados. Em nome dele cumprimento todos os deputados aqui presentes.

Queria cumprimentar a presidente da União Nacional dos Estudantes, a Virgínia, por meio de quem cumprimento os estudantes aqui presentes. E aí eu incluo a UBES também, a UNE e a UBES.

Cumprimentar o Jesualdo Pereira Farias, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes.

Cumprimentar o José Fernandes de Lima, presidente do Conselho Nacional de Educação.

Cumprimentar Maria do Socorro de Souza, presidente do Conselho Nacional de Saúde.

Cumprimentar as senhoras e os senhores reitores de universidades federais.

Secretários estaduais e municipais de Educação e de Saúde.

Cumprimentar as senhoras e os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

O artigo 205 da nossa Constituição contém duas regras muito claras. A primeira diz que a educação é um direito de todos; a segunda, que a educação é um dever do Estado.

Nós – e aqui o “nós” significa governo, Congresso, sociedade, organizações estudantis. Acrescentamos, nos últimos anos, uma terceira regra: a educação das crianças e dos jovens é um compromisso com toda a nossa nação. Compromisso que temos cumprido com alocação de recursos crescentes no orçamento da educação e que se expressa também em investimentos, e na ampliação do acesso à educação, no esforço à elevação da qualidade nos seus vários níveis, da creche à pós-graduação. Fizemos muito pela educação, mas é importante que se diga, ainda falta muito que fazer, e nós devemos fazer muito mais.

Por isso, é fundamental essa decisão que uniu as forças do nosso país, as forças políticas, as forças sociais, as forças econômicas, e que atribuiu os recursos dos royalties do petróleo do Fundo Social, que será gerado com a exploração dos campos do pré-sal, para a educação e a saúde.

Nós estamos implementando dois pactos, o Pacto da Educação e o Pacto da Saúde, que assumimos como sendo pedras fundamentais desse processo no Brasil. Que processo? O processo em que, apesar do grande avanço que nós tivemos, nós sabemos que é fundamental, fundamental melhorar a qualidade do serviço, do serviço que nós prestamos nessas duas áreas em especial.

Eu queria levantar aqui uma questão que muitas vezes se passa ao largo dela. Ela foi dita em relação à educação, mas ela cabe também em relação à saúde. Numa discussão sobre o custo da educação para o Estado, um educador americano chamado Derek Bok fez uma afirmativa que eu acho que se encaixa perfeitamente nesse momento que nós estamos vivendo. A afirmação era a seguinte: “se você acha a educação cara, experimente a ignorância”. Essa frase, ela mostra claramente o preço que se paga por não se ter educação de qualidade, educação para todos, saúde de qualidade e saúde para todos. Ela vale também para a questão da saúde. É exatamente isso que nós estamos discutindo aqui de uma forma muito madura.

A educação é cara. Eu vou falar primeiro da educação. Ela é cara, é onerosa para os orçamentos públicos, mas não se pode economizar com ela, porque a sua ausência significa a vitória da ignorância, o que custa muito mais ao país, a sua população e a cada um de nós, especificamente.

É caro, mas nós sabemos que tem de ser feito, e essa consciência está expressa nessa cerimônia hoje, e foi o que nós todos fizemos ao propor que os royalties do petróleo e a metade dos recursos recebidos pelo fundo social do pré-sal fossem aplicados em educação.

Foi o que conseguimos com a aprovação dessa lei pelo Congresso Nacional, com mudanças que aperfeiçoaram a proposta e preservaram o espírito da lei. Ao Congresso, portanto, devemos reconhecimento pela sensibilidade social e pela visão estratégica que o Congresso demonstrou ao incluir a destinação de parcelas dos recursos também para o investimento na saúde.

Aproveito para fazer um agradecimento especial ao deputado André Figueiredo. Eu agradeço também ao nosso senador Eduardo Braga, mas eu queria fazer um agradecimento especial ao deputado André Figueiredo, aguerrido relator deste projeto.

A dedicação do André, os esforços do André para a construção do consenso em torno da matéria foram decisivos. Manifesto aqui, André, o reconhecimento do governo, a importante e histórica contribuição dada por você ao financiamento e a sustentabilidade da educação no Brasil.

Por outro lado, uma das inovações feitas pelo Congresso Nacional foi a destinação de 25% dos recursos dos royalties para o investimento na saúde. É indiscutível a relevância dessa decisão, e ela vai ao encontro de uma das maiores preocupações de nossa sociedade que é a oferta de serviços de saúde de qualidade para todos.

Meu governo tem feito um grande esforço para ampliar os investimentos em saúde. Nós vimos o orçamento federal crescendo ano a ano, mas nós não podemos esquecer que esse é um momento especial, porque aqui, hoje, nós mostramos a maturidade do país que sabe que para ter aumento de qualidade é preciso recurso. Por isso, no que se refere à saúde, nós estamos cumprindo a Emenda 29. E serão, esse ano, esse próximo ano, serão... Não, é 2013 mesmo: R\$ 83 bilhões.

Mas eu acho que esses 25% são muito bem-vindos. Nós sabemos que sem recursos não há como se prestar serviço de qualidade. Por isso, eu quero dizer a vocês que eu acho esse primeiro passo dos 25% muito correto, como disse o ministro Padilha. E também espero que no orçamento das emendas se destine 50% delas à saúde no Brasil, porque isso significará melhorar a qualidade.

Nós estamos fazendo um grande esforço com o Mais Médicos. Vocês sabem que tem municípios neste país que um médico não mora nele, 701 municípios deste país médicos não residem nele. Nós temos de enfrentar a questão da qualidade do atendimento médico, com o quê? Com infraestrutura, mas também com médicos. Sabemos que este é o primeiro passo e isso é fundamental para dar substância para a atenção básica da Saúde no nosso país. Sem isso nós não teremos como privilegiar a saúde na nossa população. E é algo que o Brasil avançou. O Brasil avançou quando concebeu o SUS. O SUS é, de fato, uma das melhores propostas feitas na área da saúde, eu acho, em todo o mundo. Daí porque tenho de comemorar esses 25% destinados à saúde.

Queria dizer aos senhores que eu estou certa que com esses 25% nós damos um primeiro passo numa discussão que é fundamental que o país encare: que nós superamos com a destinação dos 75[%] para a educação, que é a destinação de que recursos para atender à saúde, tanto do plano federal, estadual, quanto municipal.

Minhas amigas e meus amigos aqui presentes, nós... e vou falar agora, fundamentalmente, de educação. Nós vamos usar esses recursos dos royalties do petróleo e os do Fundo Social para investir em educação, e aqui eu quero fazer uma observação. Na prestação de serviços, especificamente nessas duas áreas, saúde e educação, a valorização das pessoas é fundamental, e aqui eu estou falando da importância, para se melhorar a educação no Brasil, da valorização do professor da rede pública, com salários maiores, com capacitação profissional melhor e com boas condições de trabalho.

Por isso, ao levantar a questão dos recursos, eu acredito que muitas vezes isso foi classificado como custeio. Para mim, isso é investimento no país. Investir nos nossos professores significa melhorar e acumular algo que é, talvez, tão importante quanto investir em médicos, é investir em professores. Professores mais bem pagos com acesso à qualificação profissional, mais respeitados pelos alunos e pela sociedade, porque a sociedade também tem de melhorar a sua avaliação do professor porque você não atrairá professores qualificados se isso não ocorrer. Professores com estima elevada, com orgulho do trabalho que fazem, professores que valorizam, valorizam a alfabetização. Professores alfabetizadores a quem se reconhece um status especial na nossa sociedade é fundamental para a educação de qualidade.

Essa lei significa muita coisa. Ela nos ajudará a ampliar o acesso a creches e à educação infantil. Em parceria com os prefeitos, nós poderemos ir muito além das seis mil creches públicas que estamos espalhando pelo país. Poderemos também acelerar a implementação do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa. Nós não podemos conviver com índices de 35% de não alfabetização até os oito anos de idade. Esse é um requisito fundamental para que nenhuma criança brasileira fique pra trás em seu processo educativo. Graças a estes recursos que foram aprovados, nós vamos dar um salto na implementação do ensino em tempo integral, que também é caro. Hoje, nós temos ensino em tempo integral sendo introduzido paulatinamente em 50 mil escolas e vamos chegar a implantar em 60 mil escolas até o final de 2014, mas sabemos que é necessário recursos para melhorar a qualidade dos dois turnos. Sabemos que é necessário recursos para que a regra seja: nenhuma escola no Brasil, do ensino fundamental e médio, sem dois turnos, que é o que caracteriza as escolas pelo mundo afora, nos países desenvolvidos.

Outro fator fundamental é a requalificação do ensino médio em nosso país, inteiramente articulado ao ensino profissionalizante também, com laboratórios de qualidade, com acesso a técnicas pedagógicas inovadoras. Ampliação do acesso à universidade e à pós-graduação, assegurando a qualidade necessária para a produção científica para a geração de tecnologia e a incorporação de inovações.

Por isso, nós sabemos que professores valorizados, educação de qualidade desde a pré-escola e ensino integral são algumas das demandas e dos desafios que nós vamos ter de enfrentar para mudar o futuro das nossas crianças e dos nossos jovens.

Nós sabemos que vários desses fatores são necessários para que a gente ataque a desigualdade pela raiz. A gente sabe disso em relação a creche, a alfabetização na idade certa e a educação em tempo integral.

E eu queria constatar algo. A partir de hoje, os horizontes se abrem por conta dessa nova lei, porque uma lei tem esse poder, de abrir horizontes, abrir perspectivas. Nós sabemos que nós podemos, agora, oferecer o Pronatec de forma estável, sustentável, permanente e contínua, o que é necessário para que o Brasil tenha um diferencial nessa área, e que esse diferencial signifique melhores empregos, melhor qualificação, maior capacidade do país de se afirmar no mundo e de competir.

Eu tenho certeza que nós vamos, com esses novos recursos, continuar interiorizando as universidades, ampliando as escolas técnicas e os institutos. Nós chegamos, nesse momento, a um processo que se conjuga muito bem com a educação e os recursos do pré-sal, e esse processo é a necessidade de nós darmos um salto de qualidade na

qualidade do ensino no Brasil, para podermos dar um salto, também, na qualidade de toda a atividade, da criação científica até a economia.

Nós sabemos que o brasileiro precisa estudar mais, e nós sabemos que os brasileiros têm demonstrado que querem estudar mais, sobretudo os nossos jovens. É por isso que eu considero que é uma questão de emancipação esse processo de destinação desses recursos do pré-sal e do petróleo – porque não são só os recursos do pré-sal, do pós-sal também estão destinados –, que vão permitir que a gente amplie a qualidade, aliás, amplie o acesso e melhore, de forma significativa a qualidade do ensino no Brasil.

E eu queria dizer uma coisa para vocês: é que o conhecimento que permitiu que nós destinássemos esses recursos para a educação, foi o próprio conhecimento, foi o que nós acumulamos de conhecimento, porque a descoberta das reservas do pré-sal, e também a do pós-sal, as antigas, elas têm a ver com o desenvolvimento autônomo da capacidade do Brasil de achar petróleo, de prospectar e explorar petróleo. Não é trivial, pelo contrário, diziam que não existia. Não havia tecnologia de explorar petróleo em zona marítima, nós construímos isso.

Então, é muito interessante que aquilo que foi produzido pelo conhecimento seja destinado para o conhecimento. É importante a gente lembrar que esse fato, o fato de nós termos criado as condições para descobrir o petróleo no pré-sal, nos impôs dois grandes desafios. O primeiro desafio, é que nós tínhamos de nos habilitar para explorar petróleo numa lâmina d'água muito profunda, e isso implicava em grandes desafios, tanto por conta da pressão quanto por conta da temperatura.

E ao mesmo tempo, além de nos capacitarmos para explorar, nós tínhamos de desenvolver uma indústria nacional de fornecedores de equipamentos e serviços, e também naval. Porque nós tínhamos que evitar, não é só a doença holandesa, mas o petróleo tem uma característica terrível, que é a chamada maldição do petróleo.

É assim: país rico em petróleo, povo e nação pobre, que é a característica de muitos países. E nós não podíamos de nos dar ao luxo de não termos uma indústria para além do petróleo. Este é um país complexo, este é um país industrializado.

Por isso, uma indústria de fornecedores, uma indústria de serviços e uma indústria naval é condição para o desenvolvimento independente e autônomo desta riqueza, sem o que nós não a capturaremos. E aí, eu estou dizendo uma coisa que é a seguinte: não basta só o Fundo Social, e não bastam só os royalties. Além disso, o Brasil tem de gerar empregos na área do petróleo. Tem de gerar indústria na área do petróleo. Tem que ser capaz de prover serviço na área do petróleo.

Nós não somos uma economia primária de commodities. Nós somos um país com uma indústria muito relevante. Portanto, esse era o primeiro desafio. E o segundo é esse que nós estamos aqui hoje. É que também, essa riqueza é finita. E essa riqueza finita tem que ser transformada em algo perene, que deixe frutos que sejam carregados por cada um de nós, e isto só a educação consegue.

Nós vencemos muitos destes desafios já, e teremos de vencer outros tantos, mas é importante dizer, por exemplo, que nós demos um salto na indústria naval. Eu que vi estaleiro coberto de grama, onde não se produzia uma plataforma, porque se dizia que o Brasil era incapaz de produzir plataforma.

Eu quero dizer a vocês que talvez seja uma das melhores conquistas do Brasil ter voltado a ter condição de não só explorar petróleo em águas profundas, mas produzir plataformas, e agora um passo nós damos para além desse, produzir educação com os recursos finitos que saem lá do fundo do mar, reduzindo desigualdades, porque nós temos de ter certeza de uma coisa: com essa opção que nós fazemos pela educação de qualidade, nós vamos tornar irreversível o processo de redução das desigualdades em nosso país.

Só isso tem a condição de tornar inteiramente irreversível, e nós estamos falando dos próximos 30, 50 anos. Nós não estamos falando só de 2014. A boa notícia é que estamos falando de 2014, né, André? Estamos falando de 2014, mas a excelente notícia é que estamos falando também dos próximos 35 anos, no mínimo.

E aí eu queria dizer para vocês, é verdade que explorar petróleo traz um grande legado: acúmulo de reservas – nós vamos ter muitas reservas –, percentuais mais elevados de crescimento do PIB, principalmente se você tiver essa indústria de fornecedor e serviços. Mas, sobretudo, eu acho que vai trazer ... a grande transformação é o que vai ser... nós vamos ser capazes de fazer na área de educação.

Eu queria dizer para vocês que isso significa recursos no curto, no médio e no longo prazo. Isso significa que... é muito difícil falar nos números porque os números são muito... são cifras que a gente tem dificuldade de imaginar, porque se eu falar para vocês, aqui, que são 112 bilhões de dólares [reais] nos próximos dez anos só dos royalties, e se falar para vocês que, do Fundo Social, só o Campo de Libra, a gente calcula algo em torno de 368 bilhões de dólares [reais] nos próximos 35 anos para o pré-sal e outro tanto para a poupança, também... são números muito volumosos.

Mas eu acho que o que fica é isso, é tornar irreversível a superação da desigualdade em nosso país, nos termos que esse país que foi escravista ainda mantém, e vão transformar esses recursos... vão transformar o Brasil. E nós vamos assegurar, com esses recursos, um patamar de desenvolvimento bastante similar ao dos países desenvolvidos.

E eu queria dizer o seguinte: essa transformação está ocorrendo porque nós aqui presentes, nós todos, acreditamos neste país e no seu povo. Vai acontecer porque quando diziam que o Brasil não tinha tecnologia para lidar com o pré-sal, nós acreditamos que o país tinha tecnologia para lidar com o pré-sal. Quando afirmaram que o pré-sal era uma fantasia, ou um sonho para daqui a duas ou três décadas, nós dissemos que não, que tinha de ser agora. Estamos provando que o pré-sal é para agora. Já tem quatro campos em exploração, e o campo de Libra será agora licitado, em outubro. Libra e os campos de Franco e de Lula são os três campos em que foram descobertas as maiores reservas de petróleo no mundo nos últimos dez anos. É importante a gente ter essa dimensão. São três campos que têm as maiores reservas ocorridas no mundo nos últimos dez anos.

E eu queria dizer o seguinte: também nós optamos por um regime, que é o regime de partilha. Esse regime de partilha, ele é adequado quando se tem certeza da quantidade de reservas que você possui. E justamente quando se tem essa certeza é bom que você partilhe os frutos dessa riqueza, através dos recursos em óleo, em petróleo. Nós vamos ter esses recursos, ter essa proporção justamente por conta do regime de partilha.

E, sobretudo, eu queria dizer uma coisa: a lei que nós sancionamos hoje, ela tem um outro condão, ela tem o condão de aumentar e de reafirmar, nessa Semana da Independência, a independência também do nosso país. Por quê? Porque eu tenho certeza que com educação de qualidade todos os brasileiros serão mais independentes, livres e felizes, eu espero.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura de termos de compromisso do Programa Água para Todos com municípios do semiárido brasileiro – Brasília/DF

Palácio do Planalto, 10 de setembro de 2013

Boa tarde.

Queria cumprimentar o vice-presidente da República, Michel Temer.

O presidente do Senado Federal, senador Renan Calheiros.

O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Henrique Eduardo Alves.

Cumprimentar as senhoras e os senhores ministros de Estado, cumprimentando a ministra Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

Cumprimentar os senhores governadores dos estados do semiárido aqui presentes, Jaques Wagner, da Bahia e a Rosalba Ciarlini, do Rio Grande do Norte.

Cumprimentar o senador Benedito de Lira.

Cumprimentar os deputados federais aqui presentes.

Cumprimentar o prefeito de Nordestina, Wilson Araújo Matos.

Cumprimentar os senhores prefeitos e as senhoras prefeitas do semiárido do nosso país.

Cumprimentar os parceiros na execução do Água para Todos: o presidente da Codesvasf, Elmo Bastos; o superintendente da Sudene, Luiz Gonzaga Paes Landim; o diretor-geral do Dnocs, Emerson Daniel.

Cumprimentar os senhores jornalistas, as senhoras jornalistas, os senhores fotógrafos e os senhores cinegrafistas.

Desde o início desta seca, nós tivemos uma ação sistemática, principalmente com os governadores e os prefeitos, e nós temos a noção da importância dessa ação, até porque esta seca atinge 1.466 municípios numa região que se constituiu num símbolo de uma série de problemas quando a seca ocorre.

Nós, ao perceber o tamanho e a envergadura desse fenômeno climático, desta vez – porque ela é recorrente –, nós montamos uma grande operação, uma operação que combinava as políticas que nós temos, para combater a pobreza de forma sistemática no Brasil, como é o caso do Bolsa Família, como é o caso dos programas que são englobados no Brasil sem Miséria. Mas tomamos também ações específicas além das estruturantes que estavam em andamento.

E eu acho que tenho de destacar algumas ações. A primeira foi que nós montamos uma operação de carro-pipa. Essa operação de carro-pipa é vista como uma operação tradicional no nordeste. Só que tem que, desta vez, o governo federal colocou 5,7 mil carros-pipa e colocou o Exército brasileiro coordenando a operação para evitar qualquer uso desta operação para ações que no passado se chamavam clientelistas.

Essa foi uma ação importante, também foi feita em parcerias com os estados, mas o fato de termos carros-pipa tem a ver com esta ação de hoje, está diretamente ligada a esta ação de hoje, porque, para se reservar água, é necessário ter onde reservar água.

Daí porque o carro-pipa tem a ver com a retirada da água, ou em barragens, ou do rio, ou de barraginhas, do que for. E tem a ver com armazenamento de água, tanto para consumo humano quanto para produção das propriedades, nas diferentes propriedades de todos os municípios do semiárido.

Então, eu destaco a questão dos carros-pipa, porque os carros-pipa também permitem uma, que haja uma mais racional armazenagem. Sem as cisternas, a armazenagem seria extremamente precária. Daí porque, todas as iniciativas tomadas antes, tomadas durante e tomadas agora, elas permitiram uma ação melhor no que se refere à água.

Não é a situação que nós que queremos. Nós não queremos essa situação, nós queremos uma garantia de água permanente, constante e sustentável. Mas eu destaco isso porque um conjunto de ações foi coordenada pelo Ministério da Integração (Nacional), pelo Ministério do Desenvolvimento Social (e Combate à Fome) e por todos os ministérios que participaram, e inclusive aqui cabe destacar a importância da participação do Ministério da Defesa e do Exército brasileiro nessa operação.

Nós também, mesmo considerado a existência do Bolsa Família, criamos a Bolsa Estiagem e a Garantia-Safra como mecanismo de proteção do pequeno agricultor, garantindo-lhe, além do acesso à Bolsa Família, no caso que ele fosse contemplado, a garantia do Bolsa Estiagem e do Garantia-Safra para 2 milhões de agricultores.

Também vendemos milho a preço subsidiado, e apoiamos esse abastecimento. Hoje, esse abastecimento já chegou a 750 mil toneladas de milho distribuído a preços especiais para essa população poder alimentar os animais. Porque uma grande questão se colocou para nós desde o início: a necessidade não só de assegurar uma rede de proteção social à família do agricultor atingido pela seca, mas, também, assegurar que não houvesse uma extrema descontinuidade na produção, que não voltasse tudo para trás.

Então, esse processo é um processo que ele é muito importante porque passa por uma compreensão diferenciada da situação. Isso que foi dito aqui: que não é necessário combater a seca, essa é uma visão errada, que nós todos concordávamos que nós temos que conviver com ela, e conviver com ela significará domá-la. É, na verdade, isso: conseguir gerenciá-la, conseguir fazer com que a população não tenha as consequências danosas que a seca produz.

Mas, continuando, nós, também, para evitar a paralisia das atividades econômicas, emprestamos R\$ 2,9 bilhões, renegociamos as dívidas e colocamos à disposição R\$ 300 milhões para os estados e municípios prestarem ações de socorro e assistência. Tudo bem, companheiro, você quer anistia, ótimo.

Para os municípios em situação de emergência nós acrescentamos uma outra questão: todos os pequenos municípios do nosso país, todos eles que têm até 50 mil habitantes, receberam um kit de três equipamentos: a retroescavadeira, a motoniveladora e um caminhão-caçamba, todos. Mas o Nordeste, os municípios do Nordeste, da área do semiárido, que estavam em situação de emergência, receberam um tratamento especial muito justo. Esse tratamento especial é o acréscimo de mais um caminhão pipa e uma pá carregadeira.

Além disso, nós priorizamos a entrega para os municípios nordestinos e explicamos para o país, para os demais municípios, que era muito justo que primeiro fosse entregue para o Nordeste, para depois ser entregue para os demais municípios, a partir do reconhecimento que a situação dos municípios no Nordeste era muito mais grave.

Daí porque eu acho que é muito importante esse kit para dar autonomia aos prefeitos e aos pequenos municípios, que, no caso do Nordeste, chega a quase 90% dos municípios, dos diferentes estados nessa região.

Eu espero que todos os prefeitos aqui presentes tenham recebido a retroescavadeira. Espero. Quase todos receberam também a motoniveladora. Falta entregar para dez municípios ainda a motoniveladora.

Os demais equipamentos já foram adquiridos e estão em processo de entrega pelas empresas, porque as empresas que produzem estes equipamentos foram empresas nacionais, que criam e geram empregos no Brasil. Portanto, elas terão um prazo até entregar todos eles. Nós acreditamos que, até o final do ano, nós teremos, no Nordeste, no mais tardar até fevereiro, a entrega do caminhão caçamba, do caminhão pipa e da pá carregadeira.

Eu considero que a doação desses equipamentos é uma questão de justiça para esses municípios, para dar instrumentos para eles, para fazer a sua própria gestão, assegurar mais autonomia, garantir, porque uma parte da produção do país escoada pelas estradas vicinais.

Nas últimas reuniões que eu tenho participado, uma coisa salta à vista: quando se pergunta para o município “qual é a quilometragem linear das suas estradas vicinais?” e é impressionante que é generalizado no Brasil. Os valores chegam entre 200, a 400 e a 600 quilômetros de estrada linear, o que é muito significativo e mostra o que pode ser uma contribuição para o conjunto da produção do país, da economia do país, que os pequenos municípios tenham acesso a esses equipamentos.

Eu também queria destacar que essa parceria que nós aprofundamos, que vai também, a partir dos nossos investimentos estruturais, na questão da segurança hídrica, não só com o São Francisco, a obra de integração do São Francisco, mas com todas as obras estruturantes que tem, espalhadas pelos estados, num total de R\$ 30 bilhões, além disso, eu acho que essas ações que nós tomamos para solidificar a parceria da União com os municípios, ela é muito importante. Por isso, essa transferência de R\$ 135 milhões é uma transferência que eu considero estratégica, porque nós precisamos diversificar a segurança hídrica de tudo quanto é jeito possível. Nós temos de fazer, não só atacar de uma só arma, nós temos de fazer barragem, barraginha, barragens subterrâneas, todas as formas possíveis de armazenamento de água. Nós temos de usar a melhor tecnologia disponível e apostar que essas formas, em conjunto, vão permitir que a gente dê mais um passo na convivência com a seca.

E aí eu queria falar do Plano Safra do Semiárido. O Plano Safra é tradicional no Brasil, nós fazemos um grande plano safra para o Brasil inteiro. Este ano, nós construímos uma novidade que eu acredito que será muito importante de ser mantida daqui para frente: o reconhecimento que o semiárido brasileiro, para a gente poder conviver com a seca tem de ter, tem de ter, é obrigado a ter, um Plano Safra especial. Esse Plano Safra especial,

que nós começamos com R\$ 7 bilhões, ele tem esse objetivo, que é o mesmo de garantir que seja possível construir uma segurança produtiva.

Uma coisa é segurança hídrica, que são essas obras estruturantes, partindo da integração do São Francisco e com todos os outros sistemas. Agora, é necessário ter uma segurança produtiva, é necessário que nós não tenhamos de tirar o milho do Sul do Brasil, ou de outra parte, e carregar até o Nordeste. A gente pode fazer. Mas é importante ter sistemas de armazenagem, de silagem, de garantia da produção no local, de elementos que nos permitam aumentar essa segurança. Nós temos de cercar a economia do semiárido de todos os mecanismos possíveis para garantir que ela seja sustentável, que ela possa, de fato, gerar as condições que acontecem nos países com inverno rigoroso. Porque, cá entre nós, eles convivem com inverno rigoroso todo ano.

Todo ano, destroem completamente a plantação, a produção, não conseguem estocar nada a partir daquilo que foi imediatamente produzido. Armazenagem é preventiva, a produção é preventiva. A mesma coisa é possível fazer no semiárido. Por isso que a palavra como conviver com a seca, e não combatê-la.

Eu queria dizer também que esse lançamento do Plano Safra Semiárido, ele é muito importante. Ele está baseado em assistência técnica, ele está baseado na ampliação da produção. Mas ele está baseado, sobretudo, eu acho numa coisa que é importante: o reconhecimento que constitui um dever do Estado brasileiro, olhar para essa região, que concentra uma parte expressiva da população brasileira, e que foi, historicamente, uma das regiões que sofreu as maiores consequências da desigualdade no Brasil.

Por isso, é até uma questão de honra para o país sermos capazes de, em conjunto, encontrar um caminho de solução para questão do semiárido, que não seja a chamada indústria da seca. Que seja, de fato, o florescimento do semiárido brasileiro. Nós não só achamos que é possível, mas temos certeza que pode ser realizado.

E eu acho que os senhores prefeitos, e eu falo isso aqui sabendo que os senhores prefeitos e as senhoras prefeitas são os agentes mais importantes, junto com os senhores governadores, desta transformação que também é de mentalidade.

Eu queria terminar dizendo para vocês que, de fato, sancionei hoje e procurarei tornar disponível, o mais rápido possível, o que nós acertamos na Marcha dos Prefeitos, que foi a ajuda financeira de R\$ 3 bilhões distribuídas agora e em abril. Nós pretendemos pagar essa parcela a partir de amanhã, no máximo até sexta-feira.

Então, eu vou repetir: a Secretaria... Não, espera lá... A Secretaria de Relações... A Secretaria de Relações Institucionais, da ministra Ideli aqui presente, e o Ministério da Fazenda vão divulgar os valores por município amanhã. E nós vamos botar o dinheiro na conta da prefeitura sexta-feira, sem falta.

Eu tenho certeza que esses recursos vão ajudar os prefeitos e as prefeitas, e espero que vocês... eu espero, também, dando um último recado: que nós tenhamos muito sucesso no Mais Médicos, muito sucesso no Mais Médicos. Até porque, uma parte dos 701 municípios que nós sabemos que não têm médico morando nesses locais, também são municípios do semiárido.

E eu queria lembrar algo que às vezes não é muito divulgado no Mais Médicos: junto com o Mais Médicos, a União arca, a União arca com os R\$ 10 mil, a União arca com os R\$ 10 mil do médico, da bolsa do Mais Médicos, do médico que for para os municípios. Quem

pagará é a União. Além disso, a União, que é uma coisa que não está sendo divulgada, a União também arcará com R\$ 4 mil para o custeio da equipe do médico adicional, equipe do médico adicional.

Por isso, eu acredito que hoje é um momento, para mim, muito especial, é o momento em que, mais uma vez, nós damos passos para enfrentar essa questão que eu acho que é uma questão, como eu disse, de Estado: transformar a economia do semiárido numa economia sustentável, numa economia capaz, capaz de conviver com a seca. E garantir para essa região um processo de desenvolvimento permanente e contínuo, e não a cada seca a gente perde um pouco do que avançou nos períodos em que não houve a seca.

É esse o objetivo do governo federal. E eu tenho certeza que eu conto, se com alguma coisa eu conto, é com a parceria dos senhores e dos governadores para chegar a esse objetivo.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio de investimentos para implantação da Linha 3 do Sistema Metropolitano do Rio de Janeiro - São Gonçalo/RJ
São Gonçalo-RJ, 11 de setembro de 2013

Bom, eu vou começar desejando meus parabéns para São Gonçalo, que no dia 22 de setembro faz 123 anos. Meus parabéns para todos os homens, as mulheres, as crianças e os jovens que moram aqui na nossa São Gonçalo. E também eu queria fazer uma saudação especial, eu estou vendo aqui que tem moradores da cidade de São Gonçalo, Niterói, Itaboraí, todos os municípios aqui estão presente, eu queria também cumprimentar as pessoas que vieram me escutar aqui e eu agradeço muito pela presença.

Vou cumprimentar, e antes de eu cumprimentar eu vou falar uma coisa para vocês: O Brasil mudou muito nos últimos anos. Nós conseguimos avançar muito, nós diminuimos as desigualdades, nós reduzimos a mortalidade infantil, nós aumentamos o emprego, nós somos um país que deu passos, de fato, muito importantes. Mas tem uma coisa que nós sabemos: nós vamos precisamos avançar muito mais, mas muito mais, para atender tudo aquilo que nós podemos ter. Tem uma coisa também que fizemos e que foi muito importante: a capacidade de governantes, presidente da República, governador e prefeitos trabalharem juntos. E aqui, no Rio de Janeiro, nós fomos capazes de construir uma parceria que eu considero uma parceria vitoriosa, porque conseguiu modificar a vida da população. E aqui eu estou me referindo à parceria com o governador Sérgio Cabral e o vice-governador Pezão, com os prefeitos que estão aqui presentes, porque também os prefeitos são extremamente importantes nessa parceria. Queria falar do prefeito Neilton Mulim, de São Gonçalo, o Rodrigo Neves, de Niterói, o Helil Cardozo, de Itaboraí, o Alexandre Cardoso, de Caxias e o Nelson Bornier, de Nova Iguaçu, além de todos os prefeitos que estão aqui presentes.

Eu comecei falando da parceria, porque parceria entre o governo federal, governo estadual e os prefeitos é que nem a parceria que a gente faz em qualquer área. Todo mundo sabe que quando se coopera, quando você pega junto, quando você faz as coisas de forma combinada, nós podemos fazer acontecer. E é isso que nós estamos fazendo

aqui. Fazendo acontecer. Por isso, começo saudando a parceria com o governo do estado do Rio de Janeiro e com os prefeitos do estado do Rio de Janeiro. O governo federal tem uma concepção que nós compartilhamos com os governadores e com os prefeitos. É assim: quando a gente está do mesmo lado, não tem problema, eu não preciso explicar. Mas a gente tem de perceber que durante a eleição pode haver disputa, na hora do governo, tem de haver cooperação. Governo coopera, governo não disputa.

Eu considero que, independentemente de partido político, time de futebol, religião ou qualquer outra coisa, há o interesse da população. A população exige de nós, e é isso que a população fez conosco, ela nos disse, quando nos elegeu, a partir da hora da eleição, eu sou presidenta de todos os brasileiros. O governador é governador de todos os moradores do estado do Rio de Janeiro, e o prefeito é prefeito de cada uma das populações da sua cidade.

Por isso, estou feliz de estar aqui acompanhada dos meus ministros. Eu estou aqui acompanhada, como vocês viram do ministro Aguinaldo Ribeiro, que é responsável por todas as obras de mobilidade urbana, além do Minha Casa, Minha Vida. Estou com o ministro Edison Lobão, de Minas e Energia, porque nós vamos lá em Itaboraí... desculpa, eu não vou em Itaboraí, eu vou lá em Inhaumá. Em Itaboraí eu ainda irei. É que eu vi... como eu vi o Comperj, eu vi o prefeito, eu falei assim para mim mesma: eu vou lá no Comperj. Mas hoje, viu prefeito, eu não vou no Comperj, não, eu vou lá em Inhaúma, no estaleiro, por isso que eu estou aqui com o ministro Lobão. E estou com a ministra Helena, que é a ministra da Comunicação Social.

Queria cumprimentar aqui o nosso vice-governador Luiz Fernando Pezão, que sempre foi um parceiro muito estratégico para o governo federal fazer obra aqui.

Queria cumprimentar os deputados federais: Edison Ezequiel, Edson Santos, Luiz Neto, e *Washington* Reis.

Eu quero cumprimentar uma pessoa que eu conheço há bastante tempo e hoje eu revi, que é a deputada Graça Matos, por meio de quem cumprimento todos os deputados estaduais.

Queria cumprimentar dois secretários do governo do estado: o Julio, secretário de transporte e mobilidade urbana; e o Hudson Braga, secretário de obras, por intermédio deles eu cumprimento todos os secretários do governo estadual.

Cumprimentar, como eu sempre faço, os senhores e as senhoras jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Eu estou muito feliz, essa é a primeira vez que, como presidenta, eu visito São Gonçalo, e visito no mês do aniversário. Também não vou me esquecer disso. E acho importante que um presidente visite uma cidade da importância populacional de São Gonçalo. Quando a gente visita no dia do aniversário – eu estou visitando na véspera - a gente traz um presente, eu vou trazer o meu presente hoje que é, justamente, a construção do monotrilho que, como a gente viu, vai ligar Niterói a São Gonçalo ou São Gonçalo a Niterói, e vai numa segunda fase chegar ao Comperj, que vai ser um centro de oferta de emprego para toda essa região. É o que nós temos certeza que vai acontecer. Vai ter um processo de crescimento bastante significativo dessa região quando o Comperj estiver pronto. Daí por que a importância dessa segunda fase.

Nós viemos aqui, então, justamente viabilizar essa linha 3 do sistema metropolitano dessa região imensa do Brasil, que é a região metropolitana do estado. Essa é uma realização importante. Eu queria levantar três números, três números que dão a dimensão dessa obra. Primeiro número, o tamanho do investimento só na fase do projeto, porque a gente ainda tá na fase do projeto. Esse investimento na fase do projeto mostra que o investimento, quando for ocorrer, será muito significativo. Nós estamos colocando hoje R\$ 2,57 bilhões em parceria com o governo Sérgio Cabral. O segundo número - tem outro número - para vocês terem uma ideia dessa linha, são 22 quilômetros. Eu lembro a vocês que tem muitas cidades, ou seja, a maior cidade do Brasil, não tem proporcionalmente essa quantidade de quilômetros, se considerar a população, 22 quilômetros é uma quantidade de quilômetros muito significativos para gente iniciar a linha 3 desse sistema metropolitano. E como vimos, vai ligar uma região ao seu emprego, eu acho importante isso, a sua possibilidade de levar as pessoas ao trabalho, levar as pessoas para o estudo, enfim, permitir que trabalhadores e trabalhadoras, permitir que as pessoas tenham acesso a transporte de primeiro mundo. Esse monotrilho é um transporte de primeiro mundo colocado aqui nessa região. E o terceiro número, é a quantidade de pessoas beneficiadas. Esse, aliás é um número mais importante: 1,8 milhão de pessoas. Um governo - eu queria falar isso para vocês - um governo, ele tem de ser medido pela... não é assim se a obra gasta tanto de tijolo, tanto de ferro, se a obra, ela é uma obra bonita ou não. Um governo tem de ser medido pela obra que faz, se ela beneficia ou não as pessoas. Essa é uma obra que beneficia as pessoas. Beneficia porque essa obra é para ganhar tempo. O que nós estamos dando com essa obra? O tempo, a melhora de vida, porque quanto mais tempo você tiver para ficar com a família, com seu namorado, com seu marido, com seus filhos, ou com a sua família, sua mãe, seu pai, melhor a sua vida, melhor a qualidade dela. Então, essa é uma obra que também coloca essa região no nível das maiores regiões metropolitanas do mundo. É tratar os moradores de São Gonçalo como se fossem moradores de qualquer país desenvolvido do mundo. Isso se chama qualidade do transporte. Qualidade do transporte é igual qualidade de vida, é igual respeito às pessoas e ao tempo que elas têm pra desfrutar a vida.

Eu queria dizer para vocês que nós temos esse objetivo no governo federal: melhorar a qualidade de vida do transporte e da mobilidade urbana. Foi esse - aliás, eu gosto sempre de lembrar isso - foi esse um dos pactos que nós fizemos com os governadores e prefeitos e representantes dos movimentos sociais, e representantes do Congresso e do Supremo Tribunal Federal quando definimos os cinco pactos. O pacto da mobilidade é isso. E aqui hoje nós estamos colocando mais um pedaço do pacto da mobilidade em pé, aqui em São Gonçalo.

Mas não são apenas esses investimentos em São Gonçalo que eu vim anunciar. Nós também vamos financiar aqui para São Gonçalo, como o prefeito Neilton mostrou, nós vamos financiar um sistema viário e uma ciclovia paralelos ao monotrilho, além de financiar 20 quilômetros de corredores de ônibus.

E não vai ser só em São Gonçalo. Em Duque de Caxias, nós vamos financiar um BRT, Gramacho-Imbariê, e um VLT. Em Nova Iguaçu, nós vamos financiar dois corredores de ônibus, entre eles, a continuidade da via Light. E também na capital, vamos colocar recursos para dois BRT's. Tudo isso faz parte de um processo que construímos, aqui, com

o governo do estado, que como eu disse a vocês, é o chamado processo de pegar junto. Pega junto e enfrenta o desafio, acha a solução e beneficia as pessoas. Nós estamos também aqui buscando viabilizar uma série de programas. Eu vi um cartaz ali. Há pouco apareceu um cartaz que dizia: “Obrigada presidenta Dilma pelo Mais Médicos”. Tá ali escrito.

Eu vou falar para vocês sobre o Mais Médicos. É obrigação de um governo escutar a demanda da população. Um governo não pode ser surdo, um governo tem de ouvir muito. E nós sabemos, além de ouvir, nós sabemos que o Brasil tem um problema sério na área da saúde. Por que nós sabemos? Porque vocês falam, porque as pesquisas mostram, porque a gente que vive em contato com os governadores e os prefeitos, escuta dos governadores e dos prefeitos as reclamações. Por isso nós fizemos o Mais Médicos. O que é o Mais Médicos? O Mais Médicos é o seguinte: nós não podemos deixar no Brasil que, quando está em questão os interesses da população no país ou do povo do país, não existe nenhum outro interesse maior, de nenhuma corporação, de nenhum segmento. Nós respeitamos os médicos deste país porque sempre deram uma grande contribuição. Agora, nós temos uma avaliação: faltam médicos.

Por isso criamos o programa Mais Médicos que vai, primeiro, dar oportunidade para os brasileiros. Por qualquer razão, sendo os médicos formados aqui não suficientes pra preencher as vagas em municípios como são esses aqui dessa região, das regiões metropolitanas, onde sabemos que falta médico nos postos de saúde e na atenção básica, o governo federal fará todo o possível e o impossível para garantir que haja médicos disponíveis. Como? Nós traremos médicos formados fora do Brasil. Para trabalhar onde? Na atenção básica, nos postos de saúde, para garantir que a população tenha acesso aos atendimentos necessários para atenção básica. Vocês sabem, eu não sei, aliás, se vocês sabem ou não, mas nós temos no Brasil uma carência tamanha, que em 701 municípios, não mora nenhum médico. Então, vocês imaginam aqui comigo, se de noite uma criança tiver um problema – e eu fui mãe e eu sei o que é um menino com asma de madrugada, aliás, as crianças geralmente têm asma de madrugada, ou doença ou febre de madrugada - se de madrugada não tem um médico para atender, olha o desespero de um pai ou mãe. Então, o governo federal vai e está tomando as providências através de uma bolsa que nós pagamos, o governo federal paga uma bolsa de 10 mil reais, mais ajuda de custo para ele se instalar, e mais R\$ 4 mil para equipe que o médico necessitar, tanto no que se refere ao pagamento de pessoal, enfermeira ou agente de saúde, ou equipamento do tipo remédio e determinados equipamentos necessários para o médico atuar.

Nós, com isso, estamos querendo fazer uma coisa importante que é resolver um problema de caráter emergencial e urgente. Porque a saúde das pessoas não pode esperar até que os médicos se formem.

Então, por isso nós trazemos médicos de fora. Paralelamente, vamos aumentar a formação de médicos dentro do Brasil, assegurando que os médicos sejam formados em regiões do interior do país e nas periferias das grandes cidades. Por quê? Porque está provado que, geralmente, o médico fica onde ele se forma ou onde faz a residência. Nós vamos ampliar também o número de médicos especialistas e, portanto, vamos ampliar as oportunidades de residência.

Com isso, o que nós queremos? Nós estamos fazendo algo que é diferente do resto do mundo? Não, não estamos. Por que não estamos? Por exemplo, se você olhar países... vamos pegar os ricos? Como é que os países ricos fazem? Nos Estados Unidos. Qual o percentual de médicos formados fora dos Estados Unidos que trabalham nos Estados Unidos? 25%. No Canadá, não é diferente disso, é um pouco mais, entre 30%. Na Inglaterra, a mesma coisa. Aqui no Brasil são quantos médicos que se formaram lá fora e trabalham aqui? 1,78%. Não existe justificativa para esse número ser 1,78%. O que nós queremos? Nós queremos também que o Brasil melhore a infraestrutura de atendimento, melhore os hospitais, melhore o que nós chamamos de média e alta complexidade com mais dinheiro. Por isso o governo federal apoiou a destinação de 25% dos royalties para saúde, e apoiou e vem apoiando que as emendas parlamentares, o destino de 50% delas seja aplicado na saúde dos municípios deste país.

Eu falei isso aqui para vocês, porque acho que o tipo do município que vai ser beneficiado por esse programa, está aqui. É São Gonçalo, é Itaboraí, é Caxias, é Niterói, Nova Iguaçu, todos os municípios. É interessante viu gente, por que vocês sabem onde falta médico? Em Ipanema, não falta, não, viu. Nem no Leblon. Agora aqui falta. Então, por isso que eu estou falando isso aqui para vocês, porque é importante que vocês saibam.

Nós vamos defender esse programa, porque ele é um programa que melhora a vida das pessoas, e um governo tem de ser medido por isso. Aquilo que melhorar a vida das pessoas, é aquilo que nós temos de fazer. E aí eu vou voltar para mobilidade... vocês pensaram que eu não voltava? Eu vou voltar. Eu vou voltar porque eu acho que aconteceu no Brasil uma coisa errada. Lá em 80, nos anos 80, 1980, 1990, tem gente aqui novinha, que vai falar: "mas ela está falando de coisa muito velha". Não é, não. Para mim é logo ali, 1980, 1990. No Brasil tinha uma teoria que eu vou contar para vocês que ela comprometeu muita cidade grande, que era o seguinte: nós não éramos ricos o suficiente para investir em metrô. Metrô era coisa de rico. E a gente não era rico, então não tinha que investir, monotrilho também não tinha de investir, VLT também, não. Enfim, o Brasil só podia ter ônibus. Essa é uma visão que levou algumas cidades do Brasil a uma situação muito difícil, é só olhar São Paulo, é só olhar o próprio Rio de Janeiro e olhar Belo Horizonte que são as três maiores cidades. O que nós estamos fazendo? Nós estamos correndo atrás dessa decisão errada. Todo o esforço feito pelo governador Sérgio Cabral, lá por São Paulo e lá pelo pessoal de Minas, é para correr atrás do prejuízo. Agora, São Gonçalo e essa região, não tem uma população de 11 milhões de habitantes, tem uma população de 1 milhão. Tá na hora da gente resolver o problema sem deixar que ele vire um problema difícil de ser resolvido. Por isso é que tem de investir em monotrilho, por isso é que tem de investir em metrô e BRT. E aqui eu quero dar os parabéns ao estado do Rio de Janeiro, ao estado, à cidade do Rio de Janeiro. Aqui vigora a mais moderna concepção de transporte coletivo urbano, que é a integração dos diferentes modais. E sempre que há integração dos diferentes modais, VLT, ônibus, barca, todas as espécies de modais, tem uma coisa importante que se chama bilhete único, e que vocês se esqueceram de falar apesar de implantarem. Mas eu acho importantíssimo que se ligue as duas coisas. Sabe porque a gente tem de fazer integração de modal? Porque você tem de pagar menos pelo transporte, pagar bilhete único.

E com isso, eu encerro dando um abraço e meus parabéns mais uma vez a cada um aqui e a cada uma.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante visita às obras da P-74 no Estaleiro Inhaúma - Rio de Janeiro/RJ
Rio de Janeiro-RJ, 11 de setembro de 2013**

Eu queria, primeiro, dar um abraço, aqui, a todos os trabalhadores e às trabalhadora aqui do Estaleiro de Inhaúma.

E eu quero contar para vocês uma história, viu? É a seguinte história: na vida a gente tem momentos em que fica muito emocionado. Sabe quais são os momentos que você fica emocionado? Quando você lutou muito por uma coisa e vê que isso que você lutou resolveu o problema de muitos trabalhadores e trabalhadoras deste país. Eu lembro, em 2003, quando muito poucos trabalhadores estavam empregados na indústria naval. Para ser sincera com vocês, não tinha dois mil trabalhadores. E diziam pra nós, que tinham acabado de eleger o Lula, que tínhamos chegado ao governo – eu era ministra...

Então, continuando a história: nós tínhamos acabado de eleger o Lula e eu fui para o Ministério de Minas e Energia. Naquela época, a certeza que a gente tinha era de que nós tínhamos de lutar para melhorar o Brasil. E diziam pra nós que não tinha jeito, que não tinha essa história de a gente fazer plataforma no Brasil, de a gente abrir estaleiro, criar mais empregos tanto para metalúrgicos, que queriam obter seus postos de trabalho quando a gente abrisse novamente a indústria naval. Era um sonho, que nós estávamos absolutamente loucos. E o que eu vejo hoje, aqui, mais uma vez? Foi o acerto da decisão e da luta para que nós construíssemos o que fosse possível construir aqui no Brasil, ao invés... e acreditássemos na qualidade do trabalhador e da trabalhadora brasileira, acreditasse que o trabalhador e a trabalhadora brasileira tinham capacidade de criar riqueza para este país, gerar emprego para este país e, sobretudo, produzir plataforma, sonda, tudo aquilo que a indústria de petróleo e gás tinha poder de consumir, demandar e ser oferecido.

Até então os empregos eram criados, eles eram criados, só que não eram aqui no Brasil. Eram criados, e os japoneses e as japonesas agradeciam porque eram criados no Japão, ou era criado na Coreia, ou era criado em Cingapura. Agora, empregos brasileiros para produzir plataformas brasileiras, para dar riqueza para brasileiros, para garantir que as empresas brasileiras tivessem oportunidade de serem capazes de produzir tecnologia, serem capazes de criar aquilo que a Petrobras ia consumir, nós tivemos de brigar para conseguir.

E hoje eu estou aqui para dizer para vocês que o resultado dessa luta é o fato deste estaleiro aqui estar de pé e estar produzindo. O resultado dessa luta é que de quase 2 mil empregos, hoje os estaleiros, o setor naval deste país chega a 70 mil empregos. O resultado dessa luta é que trabalhadores e trabalhadoras aqui, soldados, operários especializados, todos nós estamos aqui num momento de congraçamento, sabendo que nós chegamos aonde chegamos porque tivemos a capacidade de confiar em nós, de confiar no povo deste país, nas empresas deste país e, sobretudo, nos trabalhadores deste país.

Por isso, eu fico muito feliz de estar aqui, com a revitalização do Estaleiro de Inhaúma e também com a conversão do casco para uma plataforma, que será a P-74. Sabendo que tem continuidade isso, sabendo que não vai faltar emprego, que não vão faltar novas plataformas, porque aqui mesmo ainda vai ter a P-75, a P-76 e a P-77.

Mas não parou aí, não, não parou aí não. Por que não parou aí? Porque nós vamos licitar, no sistema de partilha, que é aquele sistema em que uma parte do óleo fica para fundo social do país, nós vamos licitar o Campo de Libra. E meus amigos e minhas amigas trabalhadores aqui presentes, e trabalhadoras, só esse Campo de Libra vai precisar entre 15 a 17 novas plataformas. E nós não vamos parar nesse Campo de Libra. Portanto, vocês podem ter certeza que se tem uma área, um setor deste país em que há oportunidade de emprego, oportunidade de investimento para as empresas, oportunidade de nós construirmos no Brasil uma grande indústria metalúrgica, de estaleiro, de fornecimento de equipamento, é esse setor de petróleo e gás, no qual vocês são responsáveis e sustentáculo.

Quero dizer outra coisa para vocês: dizem que um país só é rico quando as pessoas são ricas. Eu concordo com essa frase. Um país não pode ser rico se só um pedaço dele é rico, um país para ser rico, todos os seus habitantes têm de usufruir da riqueza. E a gente usufrui dessa riqueza tendo emprego de qualidade, mas também a gente sabe, porque aqui, muitos de vocês, para não dizer todos, têm filhos, netos, primos, sobrinhos, enfim, tem a criançada e a juventude na família de vocês.

E aí tem uma notícia também muito boa: o dinheiro do petróleo deste país, agora, vai pra educação, que é o maior patrimônio que cada um de nós carrega. É a única coisa que ninguém pode tirar de nós. E aí a educação é para os nossos filhos, sim, para os nossos netos, mas também para a formação profissional de vocês. Um país tem de formar sempre seus trabalhadores, tem de dar oportunidade para os seus trabalhadores cada vez mais melhorar. Cada vez mais se aperfeiçoar, porque vocês podem ter certeza, se tem uma coisa que muda um país, que tira um país, de fato, de uma situação de subdesenvolvimento e coloca esse país como desenvolvido, essa coisa é a educação. É aquilo que torna irreversível o combate à desigualdade, que garante oportunidades iguais para as nossas crianças, para os nossos brasileirinhos e para as nossas brasileirinhas.

Eu queria dizer mais uma coisa para vocês. Eu estou aqui hoje com os meus ministros, com o ministro de Minas e Energia, o nosso querido Lobão. Estou aqui com o ministro das Cidades porque vim, fui até São Gonçalo anunciar o monotrilho para transportar a população de São Gonçalo, que merece transporte digno de um país desenvolvido. Estou aqui também com a ministra das Comunicações [da Comunicação Social], e quero dizer para vocês que estou aqui também com o governador Sérgio Cabral, o vice-governador Pezão, e estou aqui com o prefeito Eduardo Paes. E gostaria de dizer aos senhores, gostaria de dizer aos senhores que hoje... Eu vou pedir para vocês, eu vou pedir para vocês que a gente tenha um comportamento civilizado e educado aqui.

Então, eu vou continuar. Eu quero anunciar uma coisa que é importante. O Rio de Janeiro é uma das cidades mais importantes, mais importantes do Brasil, vocês sabem disso. O mundo olha para nós e uma das coisas que o mundo vê é a beleza do Cristo Redentor de braços abertos, que representa muito bem o Brasil, representa essa generosidade do

povo brasileiro, essa capacidade do povo brasileiro de ser solidário e generoso com as pessoas.

Por isso, eu gostaria de dizer que nós, do governo federal, estamos dando uma grande contribuição. Nós estamos dando uma grande contribuição à cidade do Rio de Janeiro porque neste dia de hoje nós publicamos a desapropriação para poder fazer o porto Maravilha, para devolver o porto para a população do Rio de Janeiro, para vocês usufruírem do que está lá.

E, para finalizar, eu queria falar uma coisa para vocês: durante muito tempo nós viemos lutando para que o Brasil tivesse, de fato, um ressurgimento grande da indústria naval. Hoje eu vim aqui e vi a capacidade que nós temos de produzir. Vi também que nós temos trabalhadores que são capazes de levantar essa produção e mostrar ao mundo que aquela que foi a segunda maior indústria naval nos anos 80 voltou, voltou e vai ser uma das maiores indústrias navais do mundo. Tem hoje no Brasil, tem hoje no Brasil 70 mil trabalhadores. Eu tenho certeza que quando voltar aqui outra vez, nós vamos ter mais trabalhadores ainda trabalhando na indústria naval. Eu tenho certeza que vocês, aqui no estaleiro de Inhaúma, o estaleiro Rio Grande, no Rio Grande de Sul, o estaleiro do Paraná, o estaleiro lá de Pernambuco, todos esses estaleiros ainda serão poucos para dar conta da produção da Petrobras – e aqui eu queria homenagear a Petrobras que esse ano faz 60 anos. Está aqui a Maria das Graças Foster, que é a presidenta. E aí eu falo para as meninas aqui presentes, para as mulheres: é a hora e vez de vocês também, a maior empresa do Brasil é presidida por uma mulher, e eu tenho orgulho de ser a presidenta deste país.

Por isso, eu quero aqui fazer a nossa homenagem aos 60 anos da Petrobras. A Petrobras tem de ficar orgulhosa de ser a empresa que propicia, pelas suas compras, essa oportunidade para toda a população brasileira. Ela está devolvendo ao Brasil aquilo que o Brasil deu pra ela: de ser o maior patrimônio deste país.

Um abraço a cada um de vocês, a cada uma de vocês, no coração, e vamos em frente. Um beijo.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de formatura de alunos do Pronatec Brasil Sem Miséria – Uberlândia/MG
Uberlândia-MG, 13 de setembro de 2013**

Eu queria, primeiro, desejar um bom dia aqui a todos os moradores de Uberlândia e da região do Triângulo Mineiro.

Vou começar cumprimentando a Fernanda Beatriz Costa, que fez o juramento, e a Cibele Brito, oradora das turmas, e cumprimentando a cada uma das formandas e dos formandos.

E, aí – me dá aí o meu papelzinho. Ele assentou no meu papelzinho. Sumiram com o papel! Obrigada. O meu papel é para fazer o seguinte: eu quero cumprimentar o pessoal azul claro do Senac; o pessoal aí de vermelho do Senai; o pessoal de camisa branca da Escola Técnica de Saúde; o pessoal azul marinho aqui do Sest/Senat; o pessoal de branco do Instituto Federal do Triângulo Mineiro; e o pessoal com a camisa colorida, ali assim, que é o pessoal dos Sem Terra e dos assentados.

Eu quero cumprimentar cada um de vocês aqui presentes, cidadãos e cidadãs brasileiras aqui desta terra, do Triângulo Mineiro.

E saudar o prefeito de Uberlândia, o meu querido Gilmar Machado e a primeira-dama Rosângela Paniago. E, ao saudá-lo, eu saúdo todos os prefeitos da região.

E quero dizer, viu Gilmar, que essa escolha sua por “Uberlândia, uma cidade educadora” é uma escolha muito importante e fantástica para o Brasil. O Gilmar mostra uma coisa que as cidades tinham de ser, as cidades tinham de ser locais educadores, que nada é mais importante para a educação no nosso país. Parabéns, Gilmar.

Gostaria de cumprimentar, aqui, as ministras e os ministros de Estado que me acompanham hoje.

A ministra Tereza Campello, que é uma uberlandense. Ela pode não ter nascido aqui, mas, às vezes, a gente também, além dos lugares em que a gente nasce, a gente tem lugares, assim como tem filhos adotivos, tem cidades adotivas.

Queria cumprimentar a Helena Chagas, da Secretaria de Comunicação Social.

E queria cumprimentar, aqui, um ministro mineiro que vocês conhecem, o nosso querido Fernando Pimentel, que é ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, portanto, ele é ministro do emprego.

Queria cumprimentar o deputado federal Weliton Prado.

Os deputados estaduais, o Adelmo Leão, o Elismar Prado, o Deiró Marra, o Tenente Lúcio e o Leonídio Bouças.

Queria cumprimentar também o doutor Elmiro Santos Rezende, reitor da Universidade Federal de Uberlândia.

O Pronatec é daqueles programas que o governo federal tem mais orgulho, e um programa desse tamanho nós fazemos com parcerias e eu queria cumprimentar os parceiros.

Cumprimentar o Olavo Machado Júnior, presidente da Fiemg.

Cumprimentar o presidente do Sistema Fecomercio de Minas Gerais, Sesc/Senac, o Lázaro Luiz Gonzaga.

Cumprimentar a Roseana de Medeiros, diretora da unidade Sest/Senat de Uberlândia.

Cumprimentar o diretor da Escola Técnica de Saúde, Noriel Viana Pereira.

Cumprimentar os senhores presidentes de associações de municípios de Minas Gerais, e ao cumprimentar a cada um deles eu cumprimento os prefeitos e prefeitas que integram a associação.

O doutor Lucas, da Associação dos Municípios do Alto Paranaíba e prefeito de Patrocínio;

O doutor Jeová, da Associação dos Municípios do Alto Araxá - Ampla e prefeito de Araxá.

O Márcio Reinaldo, da Associação dos Municípios do Alto do Rio das Velhas, região da grande Belo Horizonte, e prefeito de Sete Lagoas.

O Paulo Piau, da Associação dos Municípios do Vale do Rio Grande e prefeito de Uberaba.

Queridos formandos Edson Monteiro da Silva, o Daniel Galo e a Irlene, que tiveram as suas carteiras assinadas.

Queria dar um cumprimento todo especial para aqueles que são, de fato, os grandes agentes desse programa, que são os professores, que tiveram com vocês nesse tempo e

que para vocês transferiram os seus conhecimentos. Aos professores, minha saudação muito especial.

Cumprimentar os senhores e as senhoras jornalistas aqui da região, os senhores fotógrafos e os senhores cinegrafistas.

Meus queridos amigos e minhas queridas amigas,

Hoje é uma sexta-feira 13. Eu quero dizer para vocês que nós estamos provando, aqui, que uma sexta-feira 13 é um dia de alegria e sorte. Alegria e sorte! Alegria para os 2.634 formandos, porque é uma alegria sempre que na vida a gente encara um caminho novo. E há momentos na vida que a gente muda o caminho. Vocês, hoje, estão no momento da vida em que vocês estão olhando e ali na frente tem um caminho. Esse caminho é um caminho que vocês, com a força de vocês, com a dedicação de vocês, que ninguém pode dar a vocês, que vocês conquistaram, e é esse o grande, mas o imenso valor desse caminho. Caminho que a gente constrói é caminho que a gente tem responsabilidade por ele.

Então eu desejo a vocês esse momento de alegria, eu vou dizer, de plenitude, porque a gente agarra, tem hora que a gente agarra a vida com a mão, a gente pega com as duas mãos e fala: “Bom, essa é minha, essa vida é minha e eu vou traçar ela”. Vocês estão diante, então, desse caminho de alegria. E estão também diante de um caminho de sorte. Sabe para quem é a sorte? Para nós que não formamos, porque vocês trazem a sorte para o Brasil. Porque é com o trabalho de vocês, com a formatura de vocês e com a capacitação de vocês que esse país vai para frente. Sem vocês, esse país não vai para frente. Alegria para vocês, sorte para o Brasil. Vocês dão sorte para o Brasil. E é isso que nós, aqui, estamos construindo juntos, aqui, hoje, diante desse novo caminho.

Eu sei que aqui tem os 2.634 cidadãos e cidadãs. É importante, sem desmerecer os cidadãos, que sejam as cidadãs também que tenham oportunidade, porque 70% dos alunos desses cursos nossos do Pronatec são mulheres. Os meninos têm tanta importância quanto as meninas, e eu sempre disse que é. É, sabe por quê? Uma vez uma moça me disse o seguinte: “Tá certo, nós mulheres somos mães, porque não tem homem na Terra, nessa Terra, que não tenha uma mãe. Então, na verdade, está tudo em casa e em família”. Então, a importância das mulheres é uma coisa que beneficia todos os homens também. Então 70% desse curso são de mulheres. E é a hora e a vez da gente – eu vi aqui as meninas estão muito alegres e mostrando que tem de ter força. É isso aí! Essa força sempre. Tem de ter força e tem de ir à luta. Nós mulheres temos de ir à luta!

Por isso, eu fico muito feliz de estar aqui quando esses horizontes estão sendo abertos. Nós oferecemos o Pronatec porque nós olhamos e pensamos o seguinte: o governo federal tem de ter responsabilidade, primeiro, com as pessoas. Nós não podemos dar importância sem focar nas pessoas. Não é possível você só querer o prédio, fazer a ponte – é importante –, fazer a escola. É importante ver como é que fica a vida da pessoa.

Focar na pessoa significa entender que neste país tem de ter uma prioridade. A primeira prioridade deste país só pode ser sua população. Primeiro, nós temos de dar oportunidade para a nossa população. Sem isso, o país não cresce. Sem isso, cada um de nós, das nossas famílias, nossos filhos e nossos netos não viverão num país do qual terão orgulho. Por isso, nós damos imensa importância, por isso eu estou aqui nessa formatura, por isso essa formatura tem um significado especial.

Aliás, eu vou dar um exemplo para vocês. Vou falar uma história de uma pessoa que vocês conhecem, que dizia que tinha orgulho de ter tido dois diplomas na vida: o primeiro foi no Senai, o segundo foi de presidente da República. Estou falando do Lula. E ele colocava os dois diplomas com a mesma importância, porque os dois diplomas significaram abertura nos caminhos que ele trilhou na vida. Ele nunca teria recebido o segundo diploma se não tivesse também tido acesso ao primeiro. Por isso, esse diploma de hoje abre o caminho de vocês. Eu tenho certeza que o que vocês vão fazer daqui para frente é aproveitar essa oportunidade, e sempre que passar outra na frente de vocês, vocês vão pegar com as duas mãos. É esse o grande juramento que vocês devem fazer aqui perante seus colegas, suas famílias, seus amigos, mas, sobretudo, perante a si mesmos.

Quero dizer a vocês que aqui estão formandos de 32 municípios de Minas Gerais. A lista é grande, mas é justo que eu nomeie cada um dos municípios. Então vou começar. São municípios de: Uberlândia, Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araguari, Araxá, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Canápolis, Carmo do Paranaíba, Cascalho Rico, Coromandel – Coromandel está forte, hein? – Cruzeiro da Fortaleza, Delta, Estrela do Sul, Guimarães, Gurinhatã, Grupiara, Ituiutaba, Iturama, Lagoa Formosa, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Patos de Minas, Patrocínio, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, São Gotardo, Serra do Salitre, Tupaciguara, Uberaba. Olha, gente, cada um desses 32 municípios são diferentes em tamanho da população e atividade, mas tem em comum, agora, uma coisa: têm formandos do Pronatec Brasil Sem Miséria. Antes desse programa, é improvável que em alguns municípios tivesse cursos de formação técnica. Mas agora nós sabemos que terão cursos de formação técnica, profissionalizantes em todos os municípios que nós pudermos chegar.

E aí vou dizer uma coisa para vocês que é muito importante: nós aprovamos no Congresso Nacional uma lei, uma lei importantíssima, porque essa lei, ela faz o seguinte. É como se fosse uma herança que alguém deixasse pra nós. Essa lei aprova que, da riqueza do petróleo no Brasil, os royalties da parte do governo federal e tudo que nós arrecadarmos com os leilões do chamado pré-sal vão para a educação, 50% do Fundo Social.

O que isso significa? Significa que nós todos aqui podemos ter certeza que nos próximos 30 a 40 anos, vamos botar de 30 a 50 anos, o Brasil terá dinheiro para gastar em educação. Porque gastar em educação é investir na pessoa. Gastar significa o seguinte: primeiro, pagar bem aos professores. Ninguém vai ter educação de qualidade desde a creche até a pós-graduação se não pagar aos professores um salário decente, um salário digno.

Mandaram aqui dizer que faltou Dourado... Douradoquara. Faltou. Faltou Sacramento? Faltou Sacramento. Faltou mais alguma coisa? Não faltou mais nada. Então a parte das cidades está encerrada. Continuando minha conversa.

Não haverá, gente, não haverá como nós conseguirmos dar educação de qualidade, para qualquer nível se não tiver professor qualificado, se não tiver professor bem pago, se a sociedade não valorizar a profissão de professor. Então, por isso a gente precisa de recurso.

Além disso, para vocês terem uma ideia, a educação é importante desde a creche à pós-graduação. Então, eu vou começar da creche. Por que é importante na creche? Porque... Não é por causa só que as mulheres precisam trabalhar e não tem onde deixar seus filhos não. É por causa das crianças. É sabido que do zero aos três anos de idade, a criança forma a sua capacidade de aprender.

Quanto mais estimulada ela é, maior a capacidade de aprendizado que ela vai desenvolver ao longo de toda a vida. Por isso, se a gente for capaz de dar creche de qualidade para as crianças, nós estimularemos as crianças, nós daremos acesso a todas as crianças, aos brasileirinhos e às brasileirinhas, nós vamos dar acesso a tudo que estimula eles: a jogos, acesso aos primeiros livros, as historinhas, acesso a estímulos manuais, porque isso vai fazer diferença ao longo da vida. As crianças ricas têm acesso a isso. Nós queremos que todas as crianças brasileiras tenham. Nós não queremos que a desigualdade comece lá embaixo. Nós queremos dar oportunidades. Então, tem de botar dinheiro em creche. A creche, neste país, tem de ser creche de padrão internacional. Por isso que tem de investir na creche.

Outra coisa também que é sabida e que temos de tratar: nós temos de tratar de uma coisa seriíssima, que é a alfabetização na idade certa. As crianças até os oito anos, todas as crianças deste país, têm que saber as quatro operações de forma, óbvio, que é simples, têm de saber ler e interpretar um texto, também simples.

Eu não sei se vocês sabem, mas não é assim hoje. Em alguns estados da nossa Federação, 35% das crianças aos oito anos não sabem ler e escrever de forma simples nem fazer as quatro operações. Para isso nós vamos ter de investir, botar dinheiro, qualificar professor. Professora alfabetizadora nós temos de tratar como sendo uma das pessoas mais importantes deste país, porque alfabetiza o futuro do país.

Nós vamos ter de garantir, nós vamos ter de garantir ensino em tempo integral, dois turnos, e no 2º turno tem que estudar Português, Matemática, uma língua e Ciências também. Nenhum país, nenhuma nação é desenvolvida sem ensino em dois turnos. Criança não pode ficar pouco tempo no colégio. Tem de ficar o tempo suficiente para ter uma qualidade de ensino que garanta que os brasileiros e brasileiras estejam no mesmo nível de desenvolvimento educacional dos países desenvolvidos. Está caindo alguma coisa ali na lateral.

Bom, continuando, aí chegamos no ensino técnico. O ensino técnico, gente, é fundamental. Para vocês terem uma ideia, nos países desenvolvidos, para cada um universitário, tem dez profissionais com especialização técnica. Muitas vezes, o salário do profissional técnico especializado, em alguns casos ultrapassa daqueles do ensino universitário. Exemplo é a Alemanha, um país que tem uma das melhores indústrias.

E aí eu quero dizer para vocês uma coisa. Vocês fizeram um primeiro treinamento. O Pronatec é tão importante que nós vamos fazer o Pronatec tornar-se um programa permanente do governo. Porque vocês só tiveram o primeiro curso, vocês vão ter outros cursos. Vocês sempre terão de melhorar sua especialização.

Não parem! Vocês não podem parar. O Brasil precisa de ensino técnico para poder competir no mundo. Nós precisamos para nós mesmos, para melhorar a nossa economia. Sem trabalhadores especializados, com empregos cada vez melhores, ganhando melhores salários, nós não seremos e não realizaremos tudo aquilo que podemos, todo

nosso potencial. Por quê? Porque é sabido, é sabido isso: o mundo hoje, ele está entrando num outro momento, é a chamada economia do conhecimento. Quanto mais estudo, melhor para o país. Por isso eu comecei com a sorte e alegria. Alegria para vocês, sorte para o Brasil.

E aí eu queria dizer que as coisas... Vocês viram os vídeos. Uma das coisas que mais me comovem são as histórias humanas. O fato das pessoas, ao fazer um curso, elas mudam a forma de ver a vida, elas se relacionam diferente entre elas, além de fazer amigo, que é a coisa mais importante também que a gente leva da vida.

Por isso, eu digo para vocês que o momento em que venho no Pronatec, participo dessa diplomação, é um momento muito especial. Ser presidenta da República exige um grande compromisso com o povo deste país, mas a gente também tem alegria, e quero dizer que hoje é momento de grande alegria.

Cada vez que venho aqui e vejo uma formação, eu sei que estamos dando mais um passo. Para quê? Para que nosso país, que antes era um dos lugares mais desiguais do mundo, havia a maior desigualdade. Cada vez que eu venho numa formatura, eu sei que nós estamos garantindo que essa luta contra a desigualdade, transformar o Brasil num país sem miséria, seja irreversível. Porque nós só temos certeza que a gente, de fato, vai acabar completamente com a miséria neste país, com a pobreza, por dois caminhos: educação e emprego. Tem de ter educação e emprego para todo mundo, e de qualidade, e as mesmas oportunidades para todos os brasileiros.

Tem de acabar com aquela história antiga de que esse país podia ser rico com o povo pobre. Nós jamais podemos aceitar isso outra vez. Esse país só será rico se o seu povo for rico. País rico é país sem miséria. Não basta o PIB crescer, tem de crescer para vocês, não basta o PIB melhorar, a saúde tem de melhorar, temos de trazer mais médicos para atender a população deste país. Não basta o PIB crescer se não houver cada vez empregos de melhor qualidade. Agora, é muito importante que, com tudo isso, o PIB cresça.

Daí porque eu quero dizer para vocês, primeiro, viva vocês, parabéns para todos os formandos. Parabéns, boa sorte, que os empregos que vocês obtenham melhorem a renda das suas famílias e que isso seja o começo. Que cada vez essa renda melhore mais, que os empregos sejam melhores.

E se vocês verem, olharem e verem um curso passando assim, uma oportunidade de um curso passando, agarrem com as duas mãos, vão lá fazer. Como disse a ministra Tereza Campello: é obrigação do governo pagar. O curso custa para o governo, não custa para quem faz. Para quem faz é gratuito. É obrigação do governo federal pagar esse curso. Não é favor, é obrigação do governo federal. Não é presente, é obrigação. Um beijo para vocês!

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura do contrato para construção da P-75 e da P-77 - Porto Alegre/RS
Porto Alegre-RS, 16 de setembro de 2013**

Bom dia a todos.

Queria cumprimentar o nosso querido governador, grande parceiro, governador do estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro.

Queria cumprimentar também os ministros de Estado que me acompanham hoje: Edison Lobão, de Minas e Energia; Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos.

Cumprimentar o deputado Aldacir Oliboni, vice-presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul. Os deputados federais presentes: Ronaldo Zulke, Dionízio Marcon, Henrique Fontana, Paulo Ferreira.

Cumprimentar o nosso prefeito de Porto Alegre, também um grande parceiro, José Fortunati, e por intermédio dele, cumprimento os prefeitos.

Cumprimentar a Graça Foster, presidente da Petrobras. E também a todos os diretores e trabalhadores da empresa.

Queria cumprimentar o presidente da Fiergs, Heitor Muller, por meio de quem cumprimento os empresários.

Cumprimentar o Claudir Nesplo, presidente da CUT do Rio Grande do Sul.

Cumprimentar, aqui, o presidente do Sinaval, Ariosvaldo [Ariovaldo] Rocha.

Cumprimentar os senhores representantes das empresas do Consórcio RIG: Maurício de Queiroz Galvão, presidente do Comitê de Infraestrutura da Queiroz Galvão; Marcelo Sturlini Bisordi, vice-presidente de Relações Institucionais da Camargo Corrêa; Valdir Carreiro, presidente da IESA Óleo & Gás; Michelangelo Coimbra Tomé, diretor-presidente da Quip.

Senhoras e senhores jornalistas, senhores fotógrafos e senhores cinegrafistas.

Eu acho que foi em 2003, ali por março de 2003. Vou contar uma história e homenagear, aqui, não só todos os trabalhadores e diretores da Petrobras, mas todos empresários e trabalhadores das empresas fornecedoras de equipamentos, contando uma pequena história: Naquela época, eu e a Maria das Graças Foster, eu era ministra de Minas e energia e a Maria das Graças Foster era secretária de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia. Tinham 2 mil trabalhadores em toda a indústria de petróleo e gás do Brasil. E nós tínhamos uma missão – dada pelo presidente Lula, naquela ocasião – que era implantar a indústria naval de volta no Brasil, trazê-la de volta e a discussão era muito contraditória. Uma minoria de empresários defendia - e aí está o Ariosvaldo [Ariovaldo], a gente tem que fazer justiça para o Ariosvaldo [Ariovaldo] -, defendia que o Brasil tinha todas as condições de voltar a construir. E havia aquela opinião generalizada que nós não tínhamos nem capacidade de engenharia para fazer os projetos, nem trabalhadores adequados e nem empresas capazes. Pois bem, dez anos depois, nós estamos aqui em uma outra realidade. Uma realidade que mostra que, de fato, era uma avaliação muito preconceituosa a respeito do país, da capacidade das suas empresas, da capacidade da sua engenharia e da capacidade incansável dos seus trabalhadores.

E aí, eu digo para os senhores que a situação era tão difícil naquele momento, que para fazer casco de plataforma não éramos, que nós íamos perder tempo, nós íamos diminuir

a produtividade da Petrobras e enterrar o Brasil em definitivo, e mais, não tínhamos capacidade de fazer casco. Foi aí que a coisa ficou feia. Por quê? Como que o país não tem capacidade para fazer casco? Nós, grandes produtores de ferro e siderurgia, por que não íamos ter capacidade para fazer casco? E mais, nós tínhamos sido uma das maiores indústrias navais do mundo na década de [19]80. A situação chegou a tal ponto que nós chamamos, num sábado, chamamos o Ariovaldo e falamos: “olha, Ariovaldo, o negócio agora é o seguinte, você vai jurar que vai fazer esse casco”, e ele jurou. Porque aí era uma questão de crença no país, de uma profunda crença que as nossas empresas, os nossos trabalhadores, assim que tivessem oportunidade, agarrariam com as duas mãos a oportunidade e fariam como fizeram.

Por isso, eu quero dizer o seguinte: eu queria muito estar em Rio Grande, eu tenho as injunções da segurança. Então, hoje, às seis horas da manhã, me disseram que a probabilidade muito alta era que eu não poderia chegar em Rio Grande. Como eu queria assinar a P-74 e a P-77 e, além disso, a P-55 tem que sair e proceder a todas... a cumprir todas as partes do contrato para os quais ela foi feita, nós fizemos esse ato aqui. Mas eu acho muito importante dizer que eu conheço bastante bem a P-55, eu estive lá, se eu não me engano, quase no final, se eu não me engano, do ano passado. Não está muito claro para mim quando foi. Sei que eu conheço, praticamente, quase uns 80% da plataforma. Aliás, nós pegamos uma imensa chuva em cima da plataforma. E ela de fato é fantástica. Eu acho que duas coisas é[são] importante[s] dizer: primeiro, que o Rio Grande do Sul, hoje, tem um polo naval. E esse polo naval não é só a visão dessas plataformas. É uma visão integrada. Porque hoje aqui no Rio Grande do Sul você tem o estaleiro Rio Grande, a Quip atuando, tem também a IESA, em Charqueadas; e você tem também o estaleiro em São José do Norte. E para as pessoas terem uma ideia, as possibilidades aqui no curto prazo – daqui a 18 meses, por exemplo – são que terão 18 mil trabalhadores empregados na indústria naval. Porque 18 mil, equivalendo em termos de recursos econômico-financeiros, a 6 bilhões de dólares. Por que 18 mil? Porque nós vamos aqui, montar a P-75 e a P-77, vamos montar a P-74 lá em São José do Norte; oito cascos dos replicantes, que depois virarão FPSOS, vamos montar três sondas, vamos fazer três sondas de perfuração e 24 módulos separados: módulos compressores, geradores, enfim, vários tipos de módulo. Isso vai equivaler a 18 mil trabalhadores e a 6 bilhões de dólares. E daqui a 12 meses esses 18 mil trabalhadores, no pico serão 18 mil, até lá vai aumentando sucessivamente. O que de fato constitui em definitivo o Rio Grande do Sul como um Polo Naval. É óbvio que hoje nós temos no Brasil inteiro uma quantidade muito significativa de trabalhadores, porque são vários estaleiros espalhados pelo Brasil. Para vocês terem uma ideia, em 2003, alguns estaleiros, que hoje estão funcionando hoje, um dos que visitei por exemplo, ele era um pátio gramado, porque crescia nas frestas das pedras grama porque não tinha ninguém. E no Brasil inteiro tinha 2 mil trabalhadores. Hoje são 70 mil trabalhadores. E nós temos de fato uma indústria naval mostrando, primeiro, a uma capacidade e a força que tem uma política que olhe a importância das compras governamentais ou das compras de empresas estratégicas. Porque o motor dessa política foi o fato de que se decidiu que o que fosse possível produzir no Brasil, seria produzido no Brasil. Obviamente, o que não fosse, nós compraríamos com importações. Nada mais natural. Mas o que nos interessava era produzir aqui, assegurar

aqui, os rendimentos, a lucratividade para projetos e garantir que aqui a riqueza fosse trabalhada e transformada em riqueza para o país.

Por isso, nessa continuidade que nós estamos assinando hoje com a P-75 e P-77, nós vemos, não, um momento, mas um caminho. Essas plataformas, elas vieram para ficar. Ficar em que sentido? Elas têm que sair o mais rápido possível, porque implica em todo o cronograma de produção de óleo e de gás no Brasil. Mas ao mesmo tempo é saber que nós teremos uma demanda constante por plataformas, por sondas, por navios. E com isso, o que nós estamos fazendo é evitar a chamada maldição do petróleo. Aliás, foram todos aqueles que teorizaram a respeito da maldição do petróleo, que criaram a OPEP. E a maldição do petróleo, ela é muito simples: é país rico, nação e povo pobre. Era essa a maldição. O país tinha petróleo, era rico, mas a nação e o povo eram pobres. Por quê? Junto com a indústria do petróleo não tinha uma indústria de fornecedores. É essencial para o Brasil essa indústria de fornecedores. É essencial para o Brasil que as empresas privadas cresçam junto com o crescimento da produção de óleo e gás. Nós não somos e não podemos ser um país que produz só o óleo bruto e que exporta empregos, exporta demanda para o mercado internacional. Vamos ter demanda para o mercado internacional, mas o grosso da demanda, ela tem que estar aqui ancorada nas nossas empresas, que vão cada vez se capacitar mais, serem melhores tecnologicamente, e também nos nossos trabalhadores, que são a essência e o núcleo desse grande empreendimento que é a indústria naval no Brasil.

Eu gostaria de dizer também que faz parte desse processo uma profunda convicção de que essa indústria de fornecedores, ela também capacitará o país para atuar no mercado internacional. Nós queremos que cada vez mais as empresas que produzam no Brasil, principalmente as empresas brasileiras que aqui produzem, sejam capazes de serem fornecedoras do mercado internacional. Para vocês terem uma ideia, com essa licitação do Campo de Libra, que nós esperamos que tenha um potencial bastante expressivo, nós vamos ter calculado pela ANP, uma possibilidade de demanda entre 12 a 17 plataformas, só de plataformas. Obviamente, ligado a essa questão de Libra vamos ter várias outras demandas de várias outras indústrias.

E é muito importante também perceber que nós estamos numa situação muito especial. Nós estamos numa situação muito especial porque nós somos um país que chega a esse descobrimento de petróleo com um estágio já avançado da sua indústria e com uma capacidade de fornecimento que permite também que nós afastemos a chamada doença holandesa, que se caracteriza pelo fato de muita receita, muita entrada de recursos e, portanto, um processo de valorização acelerado da moeda local, o que leva à destruição da indústria como aconteceu na Holanda em duas circunstâncias e, sobretudo, no Mar do Norte.

Mas eu queria voltar e dizer que essa decisão foi uma decisão muito importante, e mais, muitas vezes falam: “olha, a indústria que fornece plataforma, FPSOs, replicantes, árvores de natal molhadas e todos os equipamentos, ela é uma indústria que leva muito tempo, ela tem atrasos muito grandes. Mas o que nós verificamos, na prática, não é isso. Nós verificamos que, a partir do momento em que você supera a curva de aprendizagem, que é um preço pequeno a ser pago pelo país, as empresas brasileiras têm um excelente desempenho e são extremamente competitivas no que se refere ao mercado

internacional. E eu digo isso porque, por exemplo, no caso das sondas, as sondas contratadas no mercado internacional, elas demoraram mais do que as sondas contratadas aqui no Brasil. É importante que se diga para a gente superar esse complexo de – como o Nelson Rodrigues dizia – esse complexo de vira-lata que transforma o Brasil sempre em uma situação a menor do que de fato tem. Então, eu acho que aqui é um momento especial. Nós estamos lançando a maior plataforma semissubmersível que existe no Brasil. Produzir 180 mil barris de petróleo por dia não é trivial e nós estamos fazendo isso em um momento em que superarmos esse momento da aprendizagem, acho que a indústria caminha para sua maturidade, da sua adolescência com maturidade e isso para nós é muito importante e muito significativo e vai representar um grande processo de estabilização da nossa economia, de criação de empregos e também de renda.

Mas eu queria dizer outra coisa, eu queria falar sobre a destinação dos royalties do petróleo e do Fundo Social do pré-sal. Eu acho que um dos momentos mais importantes do país foi a aprovação dos recursos do governo federal, dos *royalties* do governo federal, da parte dos royalties do governo federal, 100% para dois setores, 75% para Educação, 25% para a Saúde e os

50% do Fundo Social também para a Educação e para a Saúde.

Mas, sobretudo, eu quero falar da Educação, que é a parte maior da destinação desses *royalties* e desses recursos. Todos os recursos do petróleo são recursos finitos, porque o petróleo é uma riqueza finita. É mais do que justo que uma nação que pensa o futuro olhe para ele e se pergunte: mas onde nós aplicaremos esses recursos? Onde nós colocaremos essa imensa riqueza que temos? E eu acho que a resposta que nós propusemos é uma resposta que tem compromisso com o futuro do nosso país e com o seu presente: nós temos que colocar na educação. Nós temos que colocar no pagamento melhor dos professores, porque sem isso o Brasil não será uma nação desenvolvida.

O caminho irreversível para tirar o país da pobreza é: melhores empregos – e a indústria naval dá a melhor capacitação técnica para seus trabalhadores –, melhor qualidade do trabalho. Mas, sobretudo, esse caminho é o caminho da educação. Nós precisamos de creches, nós precisamos de creches porque é sabido que a desigualdade social e a desigualdade de oportunidades começam quando a criança tem até três anos e, depois, se prolonga.

Então, não é só... a creche, por exemplo, não é só para garantir um local para as mães que trabalham deixar seus filhos – é também –, mas é, sobretudo, para fazer com que os nossos brasileirinhos e as nossas brasileirinhas tenham oportunidades iguais, principalmente aqueles das camadas sociais menos assistidas e mais pobres.

Depois, nós temos que nos preocupar com uma questão muito séria: alfabetização na idade certa. Alfabetizar uma criança até os oito anos de idade é essencial no nosso país. As nossas crianças têm que saber interpretar um texto, ler um texto simples e ter um mínimo de conhecimento sobre as quatro operações até os oito anos. Hoje, em alguns estados da Federação, mais de 35% das crianças com dez anos de idade não tem essas habilidades.

Isso implica necessariamente uma política de grande, mas de grande compromisso com a qualidade do professor educador. Isso implica em gastar recursos, sim, para pagar professores. Isso implica, necessariamente, em buscar um padrão similar ao dos países

desenvolvidos. E também nós temos que reconhecer que nenhuma nação no mundo chegou a ser uma nação desenvolvida sem ter, tanto no ensino médio como no ensino fundamental, dois turnos. E nesses dois turnos, o contra-turno não se trata, simplesmente, de permitir que as crianças tenham acesso ao esporte e à cultura – o que é muito importante –, mas se trata, sobretudo, de garantir que tenham reforço de português, matemática, ciência e uma língua estrangeira. E esses dois turnos são essenciais para elevar o padrão de qualidade da educação no nosso país, sem o que nós não seremos um país e uma nação desenvolvidos. E nós temos que fazer isso nesta década, e nós temos que fazer um grande esforço para isso.

Eu podia continuar dizendo a respeito da formação de ensino médio com a complementação do ensino profissional. Nós não podemos ter o ensino médio que nós temos, nós vamos ter que mudar o seu padrão, dar um componente tecnológico para esse ensino médio.

Aliás, é bom que se diga que quando nós começamos a levantar a indústria naval, nós criamos o Prominp, que era o Programa de Mobilização da Indústria do Petróleo e da Indústria Naval. Por quê? Porque era reconhecido que nós não tínhamos formação técnica suficiente para enfrentar o desafio. E a gente está fazendo até hoje. Nós estamos trocando a roda do carro com ele andando, o que não tem mistério nenhum, a não ser que nós temos que ter a humildade de reconhecer que tem que fazer isso e tem que formar tecnicamente.

Por isso, eu aproveito a presença aqui da Fiergs, do presidente, do Müller, da Fiergs, e quero saudar o Pronatec, que é uma parceria do governo federal, do Sistema S, as universidades técnicas federais e as escolas técnicas estaduais. Nós estamos formando, até 2014, oito milhões de pessoas. Mas esse Pronatec, ele veio para ficar, a visão da importância do ensino técnico. Para a gente ter uma ideia, na Alemanha, para cada um universitário tem, no mínimo, dez técnicos de alta capacidade, e recebendo salários muito significativos, quando comparados com os universitários, até mais, em alguns casos.

E eu queria também concluir dizendo que nós somos um país ainda com poucos universitários. Nós vamos ter que fazer um grande esforço, apesar de todo o esforço que já fizemos com o Prouni – e aqui tenho de lembrar a grande contribuição do ministro Tarso Genro como ministro da Educação, em todas essas áreas –, com o financiamento, o Fies, e com a expansão e interiorização das universidades federais. O Prouni e o Fies dão conta das universidades privadas, mas nós vamos ter que expandir e vamos ter que garantir maior acesso à universidade no nosso país.

E também nós não podemos parar com o Ciência sem Fronteiras, porque o Ciência sem Fronteiras permite que nós busquemos encurtar o atraso, levando os nossos estudantes para ter acesso ao que há de melhor nas universidades de nível A no mundo e, ao mesmo tempo, nos permita também, através de várias parcerias, fazer estágios no exterior, tanto no ensino... para o bacharelado, mas, sobretudo, também, em parcerias para os nossos pós-graduados.

Eu digo isso porque a indústria naval, a descoberta do pré-sal, a nossa Petrobras, que tem que ser homenageada porque, daqui a poucos dias vai se transformar numa senhora, ao fazer 60 anos. E aos trabalhadores e aos empresários, se junta esse imenso esforço da educação, que eu acho que não é do governo federal, não é do governo do estado,

não é das prefeituras, nem tampouco dos entes governamentais, é da sociedade brasileira. Somos nós todos que temos que valorizar o nosso petróleo, a nossa indústria e os nossos empregos e, também, a educação como um dos objetivos fundamentais para desenvolver o país.

Muito obrigada.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de posse do procurador-geral da República, Rodrigo Janot – Brasília/DF
Brasília-DF, 17 de setembro de 2013**

Boa tarde a todos.

Cumprimento o senhor Michel Temer, vice-presidente da República.

O deputado Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara dos Deputados.

O ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal.

Cumprimento o doutor Rodrigo Janot, procurador-geral da República, e a senhora Júnia Ladeira Monteiro de Barros.

Cumprimento o ex-procurador-geral da República, doutor Roberto Gurgel.

Cumprimento o ex-procurador da República Cláudio Fonteles.

Cumprimento a senhora procuradora Helenita Acioli.

Senhoras e senhores ministros de Estado presentes nesta cerimônia.

Senhor governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.

Senhoras e senhores ministros do Supremo Tribunal Federal: ministra Carmen Lúcia, ministro Luiz Fux, ministro Ricardo Lewandowski, ministro Roberto Barroso.

Ex-ministro do Supremo José Paulo Pertence.

Senhoras e senhores senadores e deputados federais.

Senhoras e senhores membros do Ministério Público da União e dos Estados.

Senhoras e senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Senhoras e senhores, a posse de um Procurador Geral da República é um momento ímpar para reafirmar compromissos inarredáveis com a democracia e com o funcionamento das instituições.

Reitero que o Ministério Público autônomo e independente é parte inerente de uma democracia moderna, plena e madura. A livre atuação do Ministério Público é condição indispensável para o aprimoramento das instituições democráticas, para a preservação do Estado de Direito, e para a garantia dos direitos individuais e coletivos de todos os brasileiros e brasileiras.

O procurador-geral da República, a quem tenho a honra de dar posse nesta solenidade, é um dos guardiões da inviolabilidade da cidadania e do respeito aos princípios e das regras legais consagradas em nossa ordem jurídica. Esse é o grande desafio que se impõe a partir de hoje ao novo procurador-geral, Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Estou certa que ele está apto para enfrentá-lo, graças à sua brilhante carreira jurídica, à sua qualificação profissional e ao reconhecimento de seus pares que, ao indicá-lo para o exercício dessa importante função pública, demonstram identificar nele a capacidade de, como procurador-geral da República, exercer o papel de defensor do Estado de Direito e do regime democrático, duas funções primordiais do Ministério Público.

Senhoras e senhores,

Os brasileiros prezam a Justiça e o princípio fundamental da sociedade moderna, que é a igualdade de todos perante a lei. Acima de tudo, os brasileiros querem ter a certeza de que as leis serão cumpridas, os inocentes absolvidos e os culpados condenados. Isto se chama Justiça. A melhor fórmula para a verdadeira Justiça é aquela da qual fazem parte um Ministério Público com autonomia e livre de pressões; uma polícia bem equipada e eficiente em seu poder de investigação; e um Poder Judiciário sábio, ágil e sereno em suas decisões. O que a população espera dessas três instâncias, promotoras e executoras das leis e da Justiça é isenção, sobriedade e rigorosa submissão tão somente aos princípios consagrados na nossa democrática Carta Constitucional de 1988.

O Brasil já passou por períodos em que essas instituições não puderam exercer esses papéis. Felizmente nós todos vivemos em outros tempos. Na verdade, vivemos o mais duradouro período democrático da nossa história. Essa situação de longa estabilidade política que devemos celebrar propicia e, ao mesmo tempo, exige o aprimoramento constante das instituições, porque a democracia não é uma obra estática, mas um processo dinâmico, contínuo, que exige de nós permanente esforço de consolidação, atualização e aprofundamento.

Senhoras e senhores,

Justiça é justiça que se realiza de fato, respeitados os prazos legais, atendido o amplo direito de defesa e observado critérios pautados por ponderação e equilíbrio. A cidadania espera da Justiça imparcialidade e serenidade. Imparcialidade para que os fatos a serem julgados sejam sempre iluminados pela luz da verdade, e a aplicação do direito seja sempre realizada de forma isonômica e segura, a partir do que determinam as regras legais. Serenidade para que os agentes da lei tenham liberdade para tomar decisões com base nos fatos e no direito, fundados em suas consciências e sempre protegidos de pressões de qualquer natureza.

Tenho certeza que o doutor Rodrigo Janot Monteiro de Barros imprimirá uma linha de atuação eficiente na Procuradoria-Geral da República, marcada pela sensatez e pela independência. Sensatez para fazer as melhores escolhas, independência para resistir às pressões que pretendem exercer influência indevida sobre a atuação do Ministério Público.

Desejo muito sucesso ao novo procurador-geral e a toda sua equipe. Que exerça sua nobre função com sabedoria e isenção. Asseguro que meu governo dedicará o melhor de seus esforços para qualificar, cada vez mais, o exercício pleno das competências constitucionais do Ministério Público e respeitar sempre a autonomia do trabalho dos procuradores e procuradoras da República. Bom trabalho, senhor procurador-geral.

Muito obrigada.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração do Projeto Expansão Malha Norte – conclusão da Ferronorte e início da operação do Complexo Intermodal de Rondonópolis – Rondonópolis/MT
Rondonópolis-MT, 19 de setembro de 2013**

Primeiro, eu queria agradecer o título de cidadã mato-grossense. E também queria agradecer o título de cidadã rondonopolitana. Agradeço ao deputado e ao vereador que me concederam. Quero dizer para vocês que eu fico extremamente agradecida por isso, porque, como presidenta do Brasil, eu sou presidente de todos os brasileiros, mas eu me sinto cada vez mais ligada a cada um dos estados. E, ao receber o título, eu sinto que a população daquele estado, assim como eu abraço a cada um dos cidadãos mato-grossenses, eles também me abraçam. Então, agradeço do fundo do coração ao deputado Hermínio Barreto o título, e também ao vereador.

Quero dizer para vocês que estou muito feliz de estar aqui. O governador do Mato Grosso, Silval Barbosa e a primeira-dama Roseli Barbosa, têm sempre me recebido com carinho. E o governador tem sido um parceiro fundamental de todas as ações do governo federal, e sem o governador seria impossível tocar esses projetos.

Cumprimento também o prefeito de Rondonópolis, o prefeito Percival Muniz e a senhora Ana Carla Muniz, também um parceiro nosso nessa atividade fundamental, que é levar ao povo que nos elegeram aquilo que é necessário para o desenvolvimento do nosso país, dos estados e dos municípios.

Queria dizer que nós temos tido sorte nessas parcerias, desde o governo do presidente Lula, quando nós fizemos uma parceria aqui também com o senador, hoje senador Blairo Maggi, então governador Blairo Maggi. Sinto-me também muito honrada de estar aqui hoje, porque nós, em vários momentos, todos nós, presidente Lula, na época o governador Blairo Maggi, agora eu e o Silval, nós temos tido a clareza de perceber a importância aqui no estado da infraestrutura, tanto para a qualidade de vida da população, mas, também, para o desenvolvimento do estado e para dar suporte a essa grandiosidade que o governador acaba de falar, quando diz que o Mato Grosso passou de 21 milhões de toneladas para 42 milhões de toneladas. Mostra uma pujança que é responsável pelo respeito que o Brasil tem no exterior.

Queria também cumprimentar o presidente da América Latina Logística-ALL, Alexandre Santoro; e Wilson Delara, presidente do Conselho da América Latina Logística. E, por meio deles, eu cumprimento todos os diretores e funcionários desse complexo intermodal. A imagem às vezes fala muito mais do que qualquer texto escrito. A imagem tem um poder imenso de convencimento, porque ela coloca dentro da gente aquilo que pode ser e aquilo que é. Aqui eu vi hoje o que está sendo, mas eu consegui ver também o que pode ser, que vai construído aqui. E aí eu cheguei a uma conclusão que eu acho muito importante dividir com vocês: para o Brasil também é estratégico que haja empresas médias, que se tornam grandes, na área ferroviária. E eu estou vendo aqui uma grande, mas uma grande possibilidade e potencial, não só pelo trecho ferroviário, mas pelo que esse trecho ferroviário permite de construção de um complexo intermodal. Um complexo intermodal é um local que atrai outras empresas, um complexo intermodal é um local onde se criam emprego e renda, um complexo intermodal, primeiro da América Latina, tem a condição de transformar empresas em negócios em todo o seu entorno. Por isso, eu dou os parabéns à ALL. E fico muito à vontade para fazer isso porque nós sempre tivemos uma acirrada discussão a respeito da necessidade deste trecho até Rondonópolis ser completado, porque ele estava no PAC. Então, meus parabéns para a ALL pela qualidade do que estão construindo aqui.

Quero cumprimentar também o prefeito de Itiquira, o Betão Bortolini.

Os ministros de Estado que me acompanham aqui: o César Borges, dos Transportes, e a ministra Helena Chagas, da Secretaria de Comunicação.

Queria cumprimentar a senadora Kátia Abreu. A senadora Kátia Abreu representa, aqui, um dos segmentos mais dinâmicos do nosso país, que é o agronegócio, e o faz também com grande competência. Queria, então, saudá-la e, ao saudá-la, aproveito e faço uma saudação para todos os grandes produtores, os médios produtores e os pequenos produtores rurais de nosso país.

E, em especial, queria saudar o ex-governador Blairo Maggi, que tem responsabilidade – e aqui eu presto o meu testemunho – pelo desenvolvimento da infraestrutura também aqui no estado do Mato Grosso. Lembro perfeitamente de um dia em que nós estávamos lançando a ligação entre Uruaçu e Lucas do Rio Verde, lá em Lucas do Rio Verde, e eu não podia comparecer – eu era ministra na época – e eu jurei pelo telefone, pelo telefone, que nós íamos fazer essa obra. E eu quero dizer para vocês: nós vamos fazer essa obra. É meu juramento e o Blairo é o receptáculo dele.

Queria cumprimentar também os deputados federais: o Edinho Araújo, o Carlos Bezerra, o Wellington Fagundes.

Cumprimentar o Jorge Bastos, diretor em exercício da ANTT.

Cumprimentar o Rogério Sales, vice-prefeito de Rondonópolis.

Queria agradecer ao vereador Ibrahim Zaher, presidente da Câmara Municipal de Rondonópolis, através de quem agradeço a todos os vereadores pelo título de Cidadã Rondonopolitana. Vocês não imaginam para mim o simbolismo desse título e a importância dele.

Queria agradecer ao Guilherme Quintela, presidente para a América Latina da União Internacional das Ferrovias.

O Tarcísio Gomes Freitas, o diretor-executivo do DNIT,

O Henrique Pinto, superintendente de estruturação do BNDES,

Queria também agradecer aos senhores dirigentes da Associação Mato-grossense dos Produtores de Soja e da Federação da Agricultura de Mato Grosso.

Queria cumprimentar os integrantes do coral infantil, do competente coral infantil – parabéns para vocês – do Projeto Raio de Luz.

Queria cumprimentar os senhores jornalistas, as senhoras jornalistas, os fotógrafos e os cinegrafistas.

Para mim, então, é, de fato, um momento especial de estar aqui a primeira vez como presidenta da República, celebrando justamente, nesse dia, a conclusão da ferrovia até Rondonópolis. E eu sei que essa obra tem história. Em 1901, Euclides da Cunha já falava sobre a importância de ligar essa região ao litoral. A partir da década de [19]70, a luta dos mato-grossenses pela ligação ferroviária ganhou adeptos, sob a liderança do senador Vicente Vuolo, que dá nome a essa ferrovia. E aqui eu queria cumprimentar, peço que o senhor se levante e receba a nossa salva de palmas, cumprimentando toda a família do senador Vuolo.

Quero dizer para vocês que a questão ferroviária no Brasil foi sempre uma questão muito mal resolvida. Todos os grandes países continentais buscaram, ao entrar em um processo de desenvolvimento, buscaram construir ferrovias e internalizar o desenvolvimento

através das ferrovias. E a história é terrível nesse ponto, porque isso aconteceu no final do século XIX, início do século XX, sobretudo. Nós estamos no século XXI, e nós estamos correndo atrás para eliminar essa imensa fragilidade da estrutura logística do Brasil, que é país continental, exportador de alimentos, com um grande agronegócio, com um poderio mineral e com uma imensa capacidade de intercomunicação com mercados diversificados que precisam de ligação interna, sem estrutura ferroviária. Esse é um momento especial, porque esse trecho até Rondonópolis é uma questão que nós vemos aqui, em presença, o que significa uma logística intermodal que tenha seu centro na ferrovia. Significa menores custos, significa maior agilidade, significa também uma capacidade de otimizar a relação rodovia e ferrovia, hidrovias, e pensar também a estrutura para portos.

O Brasil é grande e diversificado, e nos obriga a aceitar todas as soluções possíveis, sem preconceito. Nós temos que olhar desde a ferrovia, que implica geralmente em grandes e longas distâncias, combinada com a rodovia, mas temos que olhar até as estradas vicinais. E aqui estão os prefeitos. Queria também dizer para os prefeitos, é por causa dessa visão, que entende a complexidade do Brasil, que para os prefeitos das cidades de até 50 mil habitantes, nós estamos distribuindo o kit: retroescavadeira, motoniveladora e caminhão-caçamba. Porque as veias menores desse sistema, elas são essenciais para irrigar todo o sistema. Daí a importância de dar aos prefeitos autonomia no que se refere também ao custo das suas estradas vicinais.

Hoje, eu estou aqui muito feliz. Porque esse trecho é que nem quando a gente tem filho. A gente olha nascer, depois a gente torce para andar. Depois que anda, a gente torce para correr. E também para falar. Eu torci por cada momento da conclusão dessa ferrovia. Eu torci e quero dizer para vocês, como ministra atuei e, como presidenta, também. E tenho certeza, que esse projeto é fruto de uma grande compreensão, entre os governos, as empresas e a sociedade aqui do Mato Grosso. Todo mundo sai ganhando. E eu tenho certeza que, com isso, nós vamos encurtar distâncias no Brasil e vamos reduzir custo e melhorar a vida de todos nós.

E o melhor de tudo, aqui, é que essa ferrovia não chegou sozinha. Ela não é só duas linhas de trem, duas linhas, dois trilhozinhos. Ela é duas boas linhas de trem e um complexo intermodal. Eu vou enfatizar isso, porque eu acho muito importante que isso seja visto por todo o Brasil como sendo uma realização que nós temos que buscar estender para todo o país. Vai facilitar a integração do transporte de carga, vai facilitar o escoamento da safra de grãos, vai facilitar o recebimento de insumos e vai permitir um grande desenvolvimento, eu tenho certeza, aqui em Rondonópolis. E também eu sei que isso tudo significará, também, mais respaldo para o desenvolvimento e o crescimento do Brasil, que já tem no agronegócio um dos principais fatores dinâmicos do nosso Produto Interno Bruto e, também, da nossa balança de pagamentos. Então, com isso, nós ficamos muito felizes.

Rondonópolis já é o maior PIB do Mato Grosso. Eu fico imaginando o que significará em termos de potencial de desenvolvimento isso que nós estamos vendo aqui. E eu acho também muito importante a [BR]-163. O governo federal colocou toda a BR-163 aqui do Mato Grosso no PIL, no Programa de Investimento em Logística. E colocou justamente por perceber que a BR-163 no seu todo, ela é um outro elemento crucial para essa integração de modais. E eu queria dizer, em que pese o ministro tenha esquecido. Ele

esqueceu, não porque não era importante, ele esqueceu porque estava nervoso, que é uma questão que é crucial, que é o problema de tirar o tráfego pesado de dentro da cidade. Porque isso beneficia a população.

Olha, gente, eu acredito que tirar o tráfego é um elemento importante do compromisso que nós temos quando olharmos logística. Logística não é carga. No fundo, logística são as pessoas também, porque é para as pessoas que nós temos que construir a melhor logística para este país. Então, não é admissível que a gente deixe tráfego pesado em cidades.

Daí porque o Ministério dos Transportes definiu no PAC, como sendo um elemento estratégico, os contornos ferroviários e os contornos rodoviários. Os rodoviários são os anéis e os contornos ferroviários, eles têm essa função: quando você cria canais logísticos de tráfego pesado eles têm que sair de dentro das cidades. Essa é uma regra da nossa visão de ferrovia.

Eu queria também dizer para vocês que eu fico muito feliz pela parceria qualificada que nós estabelecemos aqui no Mato Grosso. Nenhum de nós aqui olha qual é o partido que nós pertencemos, qual é o credo religioso que nós professamos, nem o time pelo qual nós torcemos, apesar de alguns olharem com, eu diria assim, com olhos não muito meigos para o time de alguns outros, mas no que se refere a partidos e a credos, isso é inadmissível. Por isso, nós temos aqui uma parceria republicana.

E eu queria, antes de continuar, saudar o fato de que nós fomos capazes, aqui, de desenvolver programas do tipo do Minha Casa, Minha Vida; de creches; programas na área da infraestrutura social, como o Bolsa Família e o Programa Brasil sem Miséria; o Pronatec, que é formação técnica. Aliás, recentemente, eu queria contar um fato que eu acho muito importante: num dos Pronatecs Bolsa Família, nós fizemos o Pronatec aqui no estado vizinho do Tocantins. Por quê? Porque ensino técnico, tem gente que não sabe, no Brasil, mas ensino técnico, hoje, é uma exigência do agronegócio, é uma exigência à formação do operador de máquinas, é uma exigência à compreensão da importância da tecnologia nessa área. Daí porque eu agradeço essas parcerias. Agradeço com todos os prefeitos. Agradeço e quero dizer que nós estaremos sempre prontos a cooperar.

Hoje nós temos aqui no estado um investimento muito importante, se somar a infraestrutura logística, com a infraestrutura habitacional e com o que nós chamamos de infraestrutura social. Ao todo, são mais de R\$ 20 bilhões. Mas eu queria também, aproveitando a deixa que o prefeito Percival me deu, falar para vocês do Mais Médicos. O Mais Médicos é um esforço que o governo federal está fazendo para melhorar uma coisa que é reivindicação, não só dos prefeitos, não só dos governadores. Mas se a gente for olhar todas as manifestações da população, é no sentido de melhoria da saúde. E quando a gente olha essa questão da melhoria da saúde, o que a gente vê? As pessoas falando o seguinte: "São necessários melhores hospitais". "É necessário um atendimento... eu tenho que fazer um exame de laboratório, eu quero fazer esse exame de laboratório". Mas quando você abre todas as falas, mostra a clareza que a população brasileira tem sobre alguns problemas. As pesquisas apontam o seguinte, as pesquisas só sobre saúde: 'Nós queremos atendimento médico, e nós queremos aquele atendimento médico que você pega na pessoa, faz o exame? Pega na pessoa, tira a pressão, faz aquele exame clínico. E queremos um atendimento mais humanizado possível.

Então o governo federal fez uma avaliação, olhou os países do mundo para ver como é que era. Nós viemos fazendo, nós não fizemos esse programa improvisado, nós fizemos uma avaliação. O que é que nós percebemos? O Brasil tem que aumentar a formação de médicos. Inclusive, aqui em Rondonópolis, nós vamos aumentar o número de médicos formados na Universidade aqui. Vamos aumentar não só a formação do ponto de vista da graduação, mas também do ponto de vista da residência, por que está provado, o médico que se gradua, que se forma num determinado local, ele tende a ficar naquele determinado local.

Nós damos muito valor ao médico brasileiro, muito valor. Por isso, o Brasil terá de apostar num programa sério de formação de médicos no interior, com alta qualidade na residência, formando pediatras, oncologistas, enfim, anesthesiologistas, todas aquelas profissões que são as mais demandadas, no que se refere a especialistas. Nós vamos fazer isso sistematicamente, daqui para frente. Porém, um médico, ele leva tempo para se formar. No ínterim, o governo tem a obrigação de atender à saúde da população.

E aí, quando nós olhamos no resto do mundo, nós percebemos que a relação é a seguinte: quando você olha... não precisa olhar país desenvolvido, não, vamos olhar a Argentina: é um... quando você olha quantos médicos naquele país tem, para cada mil habitantes, na Argentina tem 3,6, 3,6 médicos por mil habitantes; no Uruguai tem um pouco mais, e aí sucessivamente. Tem países que têm quatro e há uma variação em torno disso. O Brasil tem 1,8 médicos por mil habitantes, e tem uma distribuição visivelmente desequilibrada, tem mais médicos nas grandes cidades e menos médicos nas periferias das grandes cidades, no interior do país e no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Além disso, dos países desenvolvidos, ricos, portanto, com dinheiro para formar seus médicos, como é que é, lá nesses países, a distribuição de médicos? É assim: Estados Unidos, 25% dos médicos que trabalham nos Estados Unidos vieram de outros países, formados em outros países; na Inglaterra, 35, 37%, e por aí vai; 20% no Canadá, enfim... No Brasil, vocês sabem quanto é? É 1,78[%], 1,78. Olha a discrepância entre nós e os Estados Unidos, o país mais desenvolvido. Enquanto eles têm 25% dos médicos... eles trazem de fora, portanto eles não gastam dinheiro formando, nós [temos] 1,78 [%].

Por isso o governo federal fez esse Programa Mais Médicos. E aqui nós iniciamos o programa, ele vai iniciar, nós vamos sistematicamente alocar esses médicos. Acredito que é importante para os prefeitos, porque o governo federal arca com o total da bolsa do médico, que é R\$ 10mil, mais R\$ 4 mil para a equipe que vai trabalhar com esse novo médico. Com isso melhora também a situação das prefeituras. Então, eu falei nisso porque eu acredito que é um programa que está sendo debatido e era meu dever esclarecer aos senhores.

Finalizando, eu quero falar sobre tudo que vem acontecendo no Brasil. Até pouco tempo atrás, quando falávamos do interior do Brasil, tinha gente que ainda pensava que o interior do Brasil era um lugar meio esquecido e pouco desenvolvido. Isso mudou completamente. Hoje, inclusive, o interior do Brasil é um dos segmentos mais dinâmicos da economia brasileira. E Rondonópolis é símbolo desse dinamismo. E ao ser símbolo desse dinamismo merece a atenção do governo federal, a presença do governo federal e o investimento do governo federal.

Por isso vocês podem ter certeza que nós do governo federal vamos estar atentos aqui. Não só para investir na logística, nas estradas, na infraestrutura, em todas as questões relativas à energia, mas nós estamos atentos também para assegurar que essa região tenha programas sociais qualificados. Para garantir que a população daqui tenha uma característica que eu acho fundamental. Nós não podemos pensar que o desenvolvimento é desenvolvimento só do Produto Interno Bruto. Um desenvolvimento só é justificado quando, ao crescer o produto, melhora a renda, o emprego e a educação da população. Muito obrigada a vocês.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA
Nova Iorque-EUA, 24 de setembro de 2013**

Embaixador John Ashe, Presidente da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas,
Senhor Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas,
Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo,
Senhoras e Senhores,

Permitam-me uma primeira palavra para expressar minha satisfação em ver um ilustre representante de Antígua e Barbuda – país que integra o Caribe tão querido no Brasil e em nossa região – à frente dos trabalhos desta Sessão da Assembleia-Geral.

Conte, Excelência, com o apoio permanente de meu Governo.

Permitam-me também, já no início da minha intervenção, expressar o repúdio do governo e do povo brasileiro ao atentado terrorista ocorrido em Nairóbi. Expresso as nossas condolências e a nossa solidariedade às famílias das vítimas, ao povo e ao governo do Quênia.

O terrorismo, onde quer que ocorra e venha de onde vier, merecerá sempre nossa condenação inequívoca e nossa firme determinação em combatê-lo. Jamais transigiremos com a barbárie.

Senhor Presidente,

Quero trazer à consideração das delegações uma questão a qual atribuo a maior relevância e gravidade.

Recentes revelações sobre as atividades de uma rede global de espionagem eletrônica provocaram indignação e repúdio em amplos setores da opinião pública mundial.

No Brasil, a situação foi ainda mais grave, pois aparecemos como alvo dessa intrusão. Dados pessoais de cidadãos foram indiscriminadamente objeto de interceptação. Informações empresariais – muitas vezes, de alto valor econômico e mesmo estratégico - estiveram na mira da espionagem. Também representações diplomáticas brasileiras, entre elas a Missão Permanente junto às Nações Unidas e a própria Presidência da República tiveram suas comunicações interceptadas.

Imiscuir-se dessa forma na vida de outros países fere o Direito Internacional e afronta os princípios que devem reger as relações entre eles, sobretudo, entre nações amigas. Jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania. Jamais pode o direito à segurança dos cidadãos de um país ser garantido mediante a violação de direitos humanos e civis fundamentais dos cidadãos de outro país.

Pior ainda quando empresas privadas estão sustentando essa espionagem.

Não se sustentam argumentos de que a interceptação ilegal de informações e dados destina-se a proteger as nações contra o terrorismo.

O Brasil, senhor presidente, sabe proteger-se. Repudia, combate e não dá abrigo a grupos terroristas.

Somos um país democrático, cercado de países democráticos, pacíficos e respeitosos do Direito Internacional. Vivemos em paz com os nossos vizinhos há mais de 140 anos.

Como tantos outros latino-americanos, lutei contra o arbítrio e a censura e não posso deixar de defender de modo intransigente o direito à privacidade dos indivíduos e a soberania de meu país. Sem ele – direito à privacidade - não há verdadeira liberdade de expressão e opinião e, portanto, não há efetiva democracia. Sem respeito à soberania, não há base para o relacionamento entre as nações.

Estamos, senhor presidente, diante de um caso grave de violação dos direitos humanos e das liberdades civis; da invasão e captura de informações sigilosas relativas as atividades empresariais e, sobretudo, de desrespeito à soberania nacional do meu país.

Fizemos saber ao governo norte-americano nosso protesto, exigindo explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetirão.

Governos e sociedades amigas, que buscam consolidar uma parceria efetivamente estratégica, como é o nosso caso, não podem permitir que ações ilegais, recorrentes, tenham curso como se fossem normais. Elas são inadmissíveis.

O Brasil, senhor presidente, redobrará os esforços para dotar-se de legislação, tecnologias e mecanismos que nos protejam da interceptação ilegal de comunicações e dados.

Meu governo fará tudo que estiver a seu alcance para defender os direitos humanos de todos os brasileiros e de todos os cidadãos do mundo e proteger os frutos da engenhosidade de nossos trabalhadores e de nossas empresas.

O problema, porém, transcende o relacionamento bilateral de dois países. Afeta a própria comunidade internacional e dela exige resposta. As tecnologias de telecomunicação e informação não podem ser o novo campo de batalha entre os Estados. Este é o momento de criarmos as condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentalizado como arma de guerra, por meio da espionagem, da sabotagem, dos ataques contra sistemas e infraestrutura de outros países.

A ONU deve desempenhar um papel de liderança no esforço de regular o comportamento dos Estados frente a essas tecnologias e a importância da internet, dessa rede social, para construção da democracia no mundo.

Por essa razão, o Brasil apresentará propostas para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam.

Precisamos estabelecer para a rede mundial mecanismos multilaterais capazes de garantir princípios como:

1 - Da liberdade de expressão, privacidade do indivíduo e respeito aos direitos humanos.

2 - Da Governança democrática, multilateral e aberta, exercida com transparência, estimulando a criação coletiva e a participação da sociedade, dos governos e do setor privado.

3 - Da universalidade que assegura o desenvolvimento social e humano e a construção de sociedades inclusivas e não discriminatórias.

4 - Da diversidade cultural, sem imposição de crenças, costumes e valores.

5 - Da neutralidade da rede, ao respeitar apenas critérios técnicos e éticos, tornando inadmissível restrições por motivos políticos, comerciais, religiosos ou de qualquer outra natureza.

O aproveitamento do pleno potencial da internet passa, assim, por uma regulação responsável, que garanta ao mesmo tempo liberdade de expressão, segurança e respeito aos direitos humanos.

Senhor presidente, senhoras e senhores,

Não poderia ser mais oportuna a escolha da agenda de desenvolvimento pós-2015 como tema desta Sessão da Assembleia-Geral.

O combate à pobreza, à fome e à desigualdade constitui o maior desafio de nosso tempo. Por isso, adotamos no Brasil um modelo econômico com inclusão social, que se assenta na geração de empregos, no fortalecimento da agricultura familiar, na ampliação do crédito, na valorização do salário e na construção de uma vasta rede de proteção social, particularmente por meio do nosso programa Bolsa Família.

Além das conquistas anteriores, retiramos da extrema pobreza, com o Plano Brasil sem Miséria, 22 milhões de brasileiros, em apenas dois anos.

Reduzimos de forma drástica a mortalidade infantil. Relatório recente do UNICEF aponta o Brasil como país que promoveu uma das maiores quedas deste indicador em todo o mundo.

As crianças são prioridade para o Brasil. Isso se traduz no compromisso com a educação. Somos o país que mais aumentou o investimento público no setor educacional, segundo o último relatório da OCDE. Agora vinculamos, por lei, 75% de todos os royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde.

Senhor presidente,

No debate sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 devemos ter como eixo os resultados da Rio+20.

O grande passo que demos no Rio de Janeiro foi colocar a pobreza no centro da agenda do desenvolvimento sustentável. A pobreza, senhor presidente, não é um problema exclusivo dos países em desenvolvimento, e a proteção ambiental não é uma meta apenas para quando a pobreza estiver superada.

O sentido da agenda pós-2015 é a construção de um mundo no qual seja possível crescer, incluir, conservar e proteger.

Ao promover, senhor presidente, a ascensão social e superar a extrema pobreza, como estamos fazendo, nós criamos um imenso contingente de cidadãos com melhores condições de vida, maior acesso à informação e mais consciência de seus direitos.

Um cidadão com novas esperanças, novos desejos e novas demandas.

As manifestações de junho, em meu país, são parte indissociável do nosso processo de construção da democracia e de mudança social.

O meu governo não as reprimiu, pelo contrário, ouviu e compreendeu a voz das ruas. Ouvimos e compreendemos porque nós viemos das ruas.

Nós nos formamos no cotidiano das grandes lutas do Brasil. A rua é o nosso chão, a nossa base.

Os manifestantes não pediram a volta ao passado. Os manifestantes pediram sim o avanço para um futuro de mais direitos, mais participação e mais conquistas sociais.

No Brasil, foi nessa década, que houve a maior redução de desigualdade dos últimos 50 anos. Foi esta década que criamos um sistema de proteção social que nos permitiu agora praticamente superar a extrema pobreza.

Sabemos que democracia gera mais desejo de democracia. Inclusão social provoca cobrança de mais inclusão social. Qualidade de vida desperta anseio por mais qualidade de vida.

Para nós, todos os avanços conquistados são sempre só um começo. Nossa estratégia de desenvolvimento exige mais, tal como querem todos os brasileiros e as brasileiras.

Por isso, não basta ouvir, é necessário fazer. Transformar essa extraordinária energia das manifestações em realizações para todos.

Por isso, lancei cinco grandes pactos: o pacto pelo Combate à Corrupção e pela Reforma Política; o pacto pela Mobilidade Urbana, pela melhoria do transporte público e por uma reforma urbana; o pacto pela Educação, nosso grande passaporte para o futuro, com o auxílio dos royalties e do fundo social do petróleo; o pacto pela Saúde, o qual prevê o envio de médicos para atender e salvar as vidas dos brasileiros que vivem nos rincões mais remotos e pobres do país; e o pacto pela Responsabilidade Fiscal, para garantir a viabilidade dessa nova etapa.

Senhoras e Senhores,

Passada a fase mais aguda da crise, a situação da economia mundial ainda continua frágil, com níveis de desemprego inaceitáveis.

Os dados da OIT indicam a existência de mais de 200 milhões de desempregados em todo o mundo.

Esse fenômeno afeta as populações de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Este é o momento adequado para reforçar as tendências de crescimento da economia mundial que estão agora dando sinais de recuperação.

Os países emergentes, sozinhos, não podem garantir a retomada do crescimento global. Mais do que nunca, é preciso uma ação coordenada para reduzir o desemprego e restabelecer o dinamismo do comércio internacional. Estamos todos no mesmo barco.

Meu país está recuperando o crescimento apesar do impacto da crise internacional nos últimos anos. Contamos com três importantes elementos: i) o compromisso com políticas macroeconômicas sólidas; ii) a manutenção de exitosas políticas sociais inclusivas; iii) e a adoção de medidas para aumentar nossa produtividade e, portanto, a competitividade do país.

Temos compromisso com a estabilidade, com o controle da inflação, com a melhoria da qualidade do gasto público e a manutenção de um bom desempenho fiscal.

Seguimos, senhor presidente, apoiando a reforma do Fundo Monetário Internacional.

A governança do fundo deve refletir o peso dos países emergentes e em desenvolvimento na economia mundial. A demora nessa adaptação reduz sua legitimidade e sua eficácia.

Senhoras e senhores, senhor presidente

O ano de 2015 marcará o 70º aniversário das Nações Unidas e o 10º da Cúpula Mundial de 2005.

Será a ocasião para realizar a reforma urgente que pedimos desde aquela cúpula.

Impõe evitar a derrota coletiva que representaria chegar a 2015 sem um Conselho de Segurança capaz de exercer plenamente suas responsabilidades no mundo de hoje.

É preocupante a limitada representação do Conselho de Segurança da ONU, face os novos desafios do século XXI.

Exemplos disso são a grande dificuldade de oferecer solução para o conflito sírio e a paralisia no tratamento da questão israelo-palestina.

Em importantes temas, a recorrente polarização entre os membros permanentes gera imobilismo perigoso.

Urge dotar o Conselho de vozes ao mesmo tempo independentes e construtivas. Somente a ampliação do número de membros permanentes e não permanentes, e a inclusão de países em desenvolvimento em ambas as categorias, permitirá sanar o atual déficit de representatividade e legitimidade do Conselho.

Senhor presidente,

O Debate Geral oferece a oportunidade para reiterar os princípios fundamentais que orientam a política externa do meu país e nossa posição em temas candentes da realidade e da atualidade internacional. Guiamo-nos pela defesa de um mundo multilateral, regido pelo Direito Internacional, pela primazia da solução pacífica dos conflitos e pela busca de uma ordem solidária e justa – econômica e socialmente.

A crise na Síria comove e provoca indignação. Dois anos e meio de perdas de vidas e destruição causaram o maior desastre humanitário deste século.

O Brasil, que tem na descendência síria um importante componente de nossa nacionalidade, está profundamente envolvido com este drama.

É preciso impedir a morte de inocentes, crianças, homens, mulheres e idosos. É preciso calar a voz das armas – convencionais ou químicas, do governo ou dos rebeldes.

Não há saída militar. A única solução é a negociação, o diálogo, o entendimento.

Foi importante a decisão da Síria de aceder à Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas e aplicá-la imediatamente.

A medida é decisiva para superar o conflito e contribui para um mundo livre dessas armas. Seu uso, reitero, é hediondo e inadmissível em qualquer situação.

Por isso, apoiamos o acordo obtido entre os Estados Unidos e a Rússia para a eliminação das armas químicas sírias. Cabe ao Governo sírio cumpri-lo integralmente, de boa-fé e com ânimo cooperativo.

Em qualquer hipótese, repudiamos intervenções unilaterais ao arripio do Direito Internacional, sem autorização do Conselho de Segurança. Isto só agravaria a instabilidade política da região e aumentaria o sofrimento humano.

Da mesma forma, a paz duradoura entre Israel e Palestina assume nova urgência diante das transformações por que passa o Oriente Médio.

É chegada a hora de se atender às legítimas aspirações palestinas por um Estado independente e soberano.

É também chegada a hora de transformar em realidade o amplo consenso internacional em favor de uma solução de dois Estados.

As atuais tratativas entre israelenses e palestinos devem gerar resultados práticos e significativos na direção de um acordo.

Senhor presidente, senhoras e senhores,

A história do século XX mostra que o abandono do multilateralismo é o prelúdio de guerras, com seu rastro de miséria humana e devastação.

Mostra também que a promoção do multilateralismo rende frutos nos planos ético, político e institucional.

Renovo, assim, o apelo em prol de uma ampla e vigorosa conjunção de vontades políticas que sustente e revigore o sistema multilateral, que tem nas Nações Unidas seu principal pilar.

Em seu nascimento, reuniram-se as esperanças de que a humanidade poderia superar as feridas da Segunda Guerra Mundial.

De que seria possível reconstruir, dos destroços e do morticínio, um mundo novo de liberdade, de solidariedade e prosperidade.

Temos todos a responsabilidade de não deixar morrer essa esperança tão generosa e tão fecunda.

Muito obrigada, senhores e senhoras.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante mesa de abertura do Foro Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável - Nova Iorque/EUA Nova Iorque-EUA, 24 de setembro de 2013

Boa tarde.

Embaixador John William Ashe, Presidente da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas,

Senhor Wu Hongbo, subsecretário-geral para Assuntos Econômicos e Sociais,

Senhor primeiro-ministro da Itália, Enrico Letta,

Senhoras e senhores Chefes de Estado e de Governo,

Queria cumprimentar também o embaixador Nestor Osório, presidente do Conselho Econômico e Social,

Senhor Tegegnework Gettu, Subsecretário para Assuntos da Assembleia-Geral,

Senhoras e senhores representantes de organismos internacionais,

Senhoras e senhores representantes dos grupos principais,

Senhoras e senhores,

Há pouco mais de um ano, na Conferência Rio+20, demos um passo decisivo na consolidação da agenda do desenvolvimento sustentável. Alcançamos consenso em torno do objetivo de construir um modelo de desenvolvimento que contemple, de forma equilibrada, as dimensões econômica, social e ambiental. Depois da Rio+20, a palavra "desenvolvimento" nunca mais deixará de estar associada ao qualificativo de "sustentável".

Consolidamos a noção – e este foi um resultado de grande valor para os países em desenvolvimento – de que a erradicação da pobreza é "o maior desafio global que enfrenta o mundo na atualidade e uma condição indispensável para o desenvolvimento sustentável". Consolidamos a noção de que o combate à mudança do clima é condição para que se realize, de fato, um desenvolvimento sustentável.

A pobreza não é um problema exclusivo dos países em desenvolvimento, assim como a proteção ambiental não é uma meta apenas para quando a pobreza estiver superada. Portanto, chegamos a uma síntese, uma síntese sobre crescimento, erradicação da pobreza e preservação do meio ambiente, construindo uma tríade que funda a nossa ação.

Nossa tarefa agora é a de efetivar os compromissos assumidos. Para isso estamos reunidos aqui nesta primeira sessão do Foro Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável, que representa a materialização de um dos mais importantes resultados da Rio+20. O Foro oferece à comunidade internacional uma nova arquitetura, uma nova governança multilateral, capaz de responder aos grandes desafios do desenvolvimento sustentável.

A Declaração Final da Rio+20, sem dúvida, conferiu-nos uma árdua tarefa. Entre as atribuições do Foro estão as de oferecer liderança, orientação, recomendações, tecnologias e monitoramento em favor do desenvolvimento sustentável. O objetivo é assegurar a integração das três dimensões do desenvolvimento. Para tanto, deveremos também acompanhar e analisar sempre os progressos alcançados e os desafios a serem superados.

Ao considerarmos os trabalhos que o Foro tem pela frente, devemos, sem dúvida, ser ambiciosos. Temos que estar à altura das expectativas de nossos povos. Precisamos ter consciência de que, pela primeira vez na história da humanidade, está ao nosso alcance a meta de erradicação completa da pobreza extrema em todo o mundo.

Para o Brasil, trata-se de meta que já estamos atingindo com todas as pessoas cadastradas no Programa Brasil sem Miséria e, agora, por meio da busca ativa que o Estado brasileiro assume, para alcançar aquelas pessoas que de tão pobres não têm consciência da sua própria cidadania. Nós apoiaremos todas as iniciativas internacionais lideradas pelo Foro para a erradicação da pobreza. E tenho certeza que isso representará resultado grandioso e parte essencial na agenda do desenvolvimento sustentável.

Precisamos garantir que o Foro de Alto Nível, onde doravante se reunirão Chefes de Estado e de Governo, se torne um espaço em que as melhores práticas sejam discutidas e as soluções, como eu disse, sejam encontradas.

Senhoras e Senhores,

A presença do Brasil aqui, hoje, é uma reafirmação de nosso compromisso com o avanço da sustentabilidade. Um compromisso expresso na Conferência Rio+20, onde a atuação do Brasil foi decisiva. Renovamos nosso compromisso com a implantação dos resultados dessa Conferência e também com a agenda para o desenvolvimento pós-2015.

Um compromisso que está assentado em nossas políticas domésticas, que dão suporte e legitimam a ação externa do meu país sobre este tema. Assinalo como exemplos, a nossa luta contra o desmatamento, a nossa matriz energética renovável, as nossas práticas e políticas sustentáveis na agricultura e na indústria.

Na área social, nós desenvolvemos uma tecnologia de inclusão que se caracteriza por eliminar o intermediário entre o cidadão e o Estado, por meio do cartão de crédito Bolsa Família. Enfatizo o fato de que sejam as mulheres as titulares do cartão. Não existe contradição para o meu país e para todos aqueles que participaram da Conferência Rio+20, entre crescer, incluir, proteger e conservar.

Estamos promovendo o crescimento com avanços na justiça social, estamos criando empregos formais, estamos distribuindo melhor a renda. Mas também estamos lutando para preservar o meio ambiente. E essa não é uma luta que se pode dizer que seja dada em gabinetes, é uma luta do cotidiano, na qual o Estado tem de se envolver, e também a sociedade.

Estamos empenhados em levar adiante esse processo de transformação do Brasil, tendo a sustentabilidade ambiental como uma condição imprescindível. Esse compromisso com a proteção ambiental se reflete, por exemplo, no fato de sermos, de acordo com as Nações Unidas, o país que mais tem feito pela redução das emissões de gás de efeito estufa.

Prezados colegas,

Senhoras e senhores,

Temos uma grande responsabilidade como altas autoridades: uma responsabilidade perante nossos concidadãos, mas uma responsabilidade perante as gerações futuras. O que fizermos hoje definirá o futuro e o amanhã.

A magnitude dos desafios requer de nós determinação, coragem e ousadia. Faço um chamado a todos: encaremos juntos e de frente esses desafios. Este é o caminho para o futuro que queremos.

Muito obrigada.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encerramento do Seminário Empresarial “Oportunidades em Infraestrutura no Brasil” - Nova Iorque/EUA

Nova Iorque-EUA, 25 de setembro de 2013

Eu queria cumprimentar o presidente Gary Cohn, da Goldman Sachs.

Cumprimentar o presidente do Metro Internacional, Per Mikael Jensen.

O presidente do Grupo Bandeirantes, João Carlos Saad.

Cumprimentar a todos os presentes e agradecer pela presença.

E dizer a vocês que é com muita satisfação que nós viemos aqui falar sobre o Brasil e apresentar o nosso programa de investimento em infraestrutura. O governo federal vem tomando uma série de medidas, de iniciativas, para enfrentar a crise e para melhor posicionar o Brasil quando da retomada da economia internacional. O nosso objetivo é melhorar estruturalmente a economia brasileira, contribuindo para torná-la cada vez mais competitiva e aumentar a sua produtividade.

Esse programa, ele marca o início de uma nova fase na estratégia de desenvolvimento econômico e social do Brasil. Fase nova, mas baseada naquela que começou a se consolidar na década passada. Essa fase nova tem um objetivo que nós consideramos um objetivo urgente, que é um salto na produtividade e na ampliação da competitividade e na capacidade de crescimento da economia brasileira. Por que nós falamos numa nova fase? Porque nós consideramos que o nosso país, ele ingressou, na década passada, num ciclo de aceleração do seu desenvolvimento econômico e social, e agora é necessário perceber que nosso desafio é novo, é diferente. O Brasil tem muitos gargalos, e esses gargalos não se dão só na infraestrutura.

Mas eu vou falar aqui para vocês na infraestrutura, mas quero deixar registrado que esse processo em que nós estamos, ele vai exigir – e exigiu já – novos marcos regulatórios, como foi o caso de portos, para abrir os portos a investimentos. Ele exige também modificações nas formas pelas quais a atividade pública no Brasil é exercida, e isso significa, por exemplo, mudar uma série de rotinas que levam a uma burocracia muito empedernida no meu país. Leva também a buscar, cada vez mais, um grau de racionalidade na ação no estado.

Eu vou falar hoje, basicamente, dos nossos investimentos em infraestrutura, mas não podia deixar de dar esse pano de fundo: nosso processo, ele é mais complexo, e vai exigir uma, eu diria, uma modificação muito acentuada na forma como o Estado brasileiro se posiciona em relação às atividades tanto privadas como nas suas relações com os contribuintes.

Bom, continuando: na primeira fase, nós promovemos um patamar mais elevado de crescimento econômico no Brasil e reduzimos sensivelmente a desigualdade social, o que é, sem sombra de dúvida, nossa maior conquista. Com isso, a cidadania no Brasil e a democracia brasileira saíram fortalecidas. Ontem eu disse na ONU que nós considerávamos que todo o ganho, toda a melhoria, todo o avanço, quando se trata de inclusão social é sempre só um começo, e que um dos motivos pelos quais houve aquelas manifestações em junho passado, no Brasil, é o fato de que essas manifestações não pediram uma volta ao passado, elas pediram um avanço, pediram melhores serviços, mais qualidade de vida e mais democracia. Entender isso é entender porque o governo brasileiro escutou as vozes e teve uma atitude bem diferenciada no trato dessas manifestações se se comparado com várias outras delas.

Mas, também, continuando: então, o crescimento do PIB brasileiro na última década situou o país entre as sete maiores economias do mundo. Nessa primeira fase da nossa estratégia de desenvolvimento, nós construímos uma base macroeconômica estável. Sabemos que essa base macroeconômica estável é condição para todos os outros ganhos. Promovemos, a partir daí, uma bem-sucedida política de inclusão social, que está baseada e centrada na criação e na formalização do emprego, o que nós conseguimos de uma forma muito clara quando a gente vê que criamos 20 milhões nos últimos dez anos, sendo que neste ano são 1 milhão de empregos novos criados. Então essa é uma questão importantíssima porque explica uma parte grande da distribuição de renda no meu país.

A outra questão é a valorização do salário, que nós fizemos uma política de valorização do salário. A ampliação do crédito é outro item desse processo de inclusão social. E também os programas do governo federal focados, focados na transferência de renda. Aliás, eu acredito que é importante sinalizar que nós temos um programa de transferência de renda baseado em tecnologias sofisticadas. Nós hoje temos isso porque temos rede bancária, porque conseguimos criar um cartão que impede que haja qualquer intermediário entre cidadão e Estado, e colocamos as mulheres como as grandes receptoras do Bolsa Família, o que tem seu sentido pelo fato de a mulher, no Brasil – e, acredito em todos os países do mundo – cumprir um papel estratégico na família.

Bom, nesse período o investimento cresceu, em média, 6,7% ao ano, o que para nós é um número significativo. E com isso nós consolidamos o quê? Nós consolidamos um

mercado de classe média de mais 100 milhões de consumidores, com atenção de mais de 40 milhões de brasileiros desde a base da pirâmide social. São esses brasileiros que querem mais, que agora querem melhores serviços, que querem saúde de qualidade, que querem educação de qualidade, que querem padrões de transporte público de qualidade, que não querem ficar uma parte longa da sua vida no transporte público, que ainda é de baixa qualidade. Então, é importante perceber que esse é um movimento que transforma o Brasil, ele é dinâmico, ele não está parado, ele faz parte de um Brasil pujante, de um Brasil que quer agora ser de classe média.

É importante sinalizar que só em 2007, portanto, tem seis anos, que nós iniciamos um grande programa de infraestrutura, o chamado Programa de Aceleração do Crescimento, e lançamos o nosso grande programa também, de habitação popular, o Minha Casa, Minha Vida. Eu cito esses dois, pelo seguinte: porque é importante que os senhores percebam o grande desafio, que é um país que formava mais advogados do que engenheiros, e hoje, pela primeira vez, agora, está formando mais engenheiros que advogados. Outro dia um ministro meu, o da Educação, disse: advogado é custo e engenheiro é produtividade. E é, de fato, uma fala que reflete esse esforço que o país tem de fazer. Porque são coisas pequenas, aparentemente, mas que produzem um efeito muito significativo quando você vai investir, você precisa de engenheiros. Essa é uma questão essencial, tanto é que quando nós construímos o Ciência Sem Fronteiras, nós restringimos o acesso às bolsas, a 100 mil bolsas, às áreas de engenharia e às áreas de exatas, justamente por este fato, pela imensa carência. Eu dei um exemplo do que significa parar de investir, ao longo das décadas perdidas, significa isso: não ter engenheiro, significa não ter consultoria para fazer programas de estudo de viabilidade técnica e de viabilidade ambiental, não ter consultoria privada suficiente. É interessante isso. Eu falo isso porque eu lidei com o PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, e lidei também com o Minha Casa Minha Vida, e sei as dificuldades que nós tivemos para superar esse tipo problema.

Bom, mas continuando: nos últimos 10 anos, então, nós, que assistimos a construção desse mercado interno no Brasil, temos consciência de como ele é pujante, e como essa capacidade, essa demanda reprimida do Brasil, ela criou um potencial de consumo imenso. Não é que nós temos um modelo de consumo, não é isso. Qualquer país do mundo tem de ter um modelo baseado no equilíbrio muito preciso entre consumo e investimento, o problema no Brasil é que o consumo é reprimido. Qualquer possibilidade de aumento de renda gera demandas reprimidas, porque essas pessoas estão sentindo a influência do mercado, elas percebem que existem melhores condições de vida. E ao ter acesso a essas melhores condições de vida, os desejos mudam, as demandas mudam. Sem entender isso, a gente não entende a dinâmica do meu país.

Bom, e isso, entre outras coisas, mostra que um processo de desenvolvimento, ele sempre traz desafios, ele não é um caminho linear, ele traz desafios que precisam ser superados, com uma ação combinada do setor privado e do governo. Por exemplo, se você precisa de ônibus escolar, a indústria que produz equipamentos ônibus escolar, ela tem de estar apta a fornecer ônibus escolar. Em alguns momentos, a demanda sempre, no Brasil, é maior que a oferta, é normal, porque é no início dos processos de recomposição das atividades. Aqui vocês têm, se eu não me engano, 400 mil ônibus

escolares. No Brasil não é assim que acontece conosco, nós estamos criando o ônibus escolar padronizado no início do século XXI, vocês devem ter feito isso no século XX, no início do século XX, como vocês fizeram as ferrovias. O meu país, um país continental, que tem... o maior produtor, um dos maiores produtores de alimentos e de minérios não tem uma malha ferroviária. Então, o meu governo está construindo uma malha ferroviária que foi em muitos países no final do século XIX, início do século XX. É isso que eu acho que é importante captar do Brasil, o Brasil tem demanda reprimida. Isso é um dado fundamental dele: tem demanda reprimida.

E esses desafios são ainda maiores quando a gente soma a existência da crise mundial. Nós tivemos, todos vocês sabem, uma perda, devido ao fato de que houve uma diminuição no comércio internacional. Esse dado é um dado que afeta o Brasil, afeta a China, afeta a Europa, afeta os Estados Unidos, mas, sobretudo, os países emergentes. Nossa reação à crise, nosso efeito à crise, ele foi um pouco defasado, mas ele foi inexorável. Nós simplesmente não somos uma ilha.

Ontem eu disse na Assembleia-Geral da ONU que nós estamos todos no mesmo barco, como disse no G20. E acho que o fato de nós termos essa crise no mundo e o fato de nós termos esses problemas que eu disse, fez com que nós tivéssemos de atender a esses desafios e enfrentá-los num curto espaço de tempo. Isso é fundamental entender: nós estamos fazendo isso, principalmente na área de infraestrutura nos últimos seis anos, seis anos. E eu considero que, na verdade, nós atravessamos até muito bem essa situação mais aguda da crise que começa em [20]11, [20]12, e agora tudo indica que melhora agora em [20]13. Não esperamos uma grande melhora, mas uma melhora lenta e gradual. Os nossos fundamentos macroeconômicos nunca deixaram de ser, nunca deixaram de ser sólidos, e nós podemos olhar que o nosso nível de endividamento permaneceu baixo e pouco vulnerável a movimentos bruscos de saída de investidores. Movimentos esses que nós sabemos que ocorreu com as últimas falas, ou muito mais falas do que decisões concretas da saída do *quantitative easing*, da política monetária expansionista.

Nós sabíamos que a crise mundial iria trazer desafios para o Brasil, tanto quando se entrou se entrou na crise, como vai trazer problemas na retomada, o que é natural. E sabíamos também que tínhamos recursos e elementos para enfrentar isso. Primeiro, as nossas elevadas reservas, que proporcionam um colchão seguro para a absorção da atual volatilidade dos mercados. E também porque nós não ficamos passivos. O programa construído pelo Banco Central é capaz de dar previsibilidade e estabilidade ao nosso mercado de câmbio dentro das condições possíveis num quadro de volatilidade. E, por isso, acredito que nós temos primeiro, como primeira linha de frente, o fato de que nós temos um modelo de flutuação cambial, a política, o nosso real em relação ao dólar tem uma relação de flutuação que não nos coloca em nenhuma situação arriscada de garantir nenhum patamar. Nós não temos esse tipo de política. O que nós tentamos sempre é diminuir a volatilidade e dar mais previsibilidade para os investidores e todas as empresas e agências que atuam no Brasil. E medidas, também, adequadas, de caráter prudencial que vão garantindo a nossa estabilidade financeira.

Eu queria sinalizar que também temos o mercado de derivativos, que também é uma das razões da nossa resiliência à essa volatilidade do mercado de câmbio. Nós consideramos que hoje é bem auspiciosa a recuperação da economia americana, apesar de a gente

saber que o processo será gradual, que o processo será volátil, que haverá ajustes, haverá melhorias, haverá pioras, mas que é um processo que nós olhamos com muito otimismo, no sentido de apresentar uma tendência de estabilidade maior no cenário internacional. Consideramos também que a situação na China é uma situação razoável, não estamos esperando nenhum tropeço nessa fase em que a China tenta mudar seu padrão de crescimento.

Eu acredito também que o Brasil tem uma diferenciação devido à cobertura de nossas necessidades, como eu já disse, pelas nossas reservas. Acho que isso também nos distingue aqui, pelo menos aqui na América do Sul, de uma forma bastante significativa, e também em relação a outros países da Ásia, entre os emergentes, por exemplo, estamos muito bem situados. Além disso, tem tido no Brasil, nos últimos anos, como os senhores sabem melhor do que eu até, que um fluxo de investimento estrangeiro para o Brasil, e esse fluxo de investimento estrangeiro para o Brasil mostra também a nossa atratividade. Bom, sem sombra de dúvida, nós temos um compromisso: preservar a estabilidade macrofinanceira dos nossos bancos, que têm uma característica, são bem capitalizados, são bem provisionados, o que permitiu até que tivéssemos uma ida para Basileia 3 de forma muito tranquila, o que eu acredito que será muito bom para o sistema financeiro internacional quando isso for mais generalizado no mundo.

E eu queria também sinalizar que o ciclo atual de combate à inflação contribui também para dar maior sustentabilidade, tanto para a nossa atuação interna quanto para a nossa atuação externa. E, finalmente, eu queria dizer que os números, nós temos números para ilustrar as boas perspectivas estruturais do Brasil. Nós sabemos que nos últimos 10 anos o PIB brasileiro cresceu, em termos reais, 40%, o investimento cresceu 70%, e o comércio varejista 120%. Nós, como eu já disse, criamos 20 milhões de empregos. A massa salarial se expandiu em 65%. Neste ano, nós já geramos um número suficiente de empregos, e achamos que esse processo de geração de empregos, ele vai tender a dar uma estacionada, uma vez que nós chegamos a números de desemprego muito baixos: 5,6%, varia entre 6%, 5,6%, 5,8%, nos últimos 3 meses. Então, é uma situação que eu acredito, do ponto de vista do país, uma situação que exige de nós, por exemplo, uma medida concreta nessa área, que é a formação, a adequação da mão de obra brasileira às demandas dos investidores em geral.

E nós, por isso, criamos, em parceria com a indústria brasileira com o comércio, com as empresas comerciais e com a agroindústria e a agricultura comercial, um programa de formação técnica e profissional que tem por objetivo, justamente, responder a uma característica do mercado de trabalho brasileiro que é uma não-adequação entre a oferta e a demanda, não do ponto de vista só da quantidade, mas da qualidade da mão de obra. Criamos, então, o Pronatec, na formação de 8 milhões de pessoas, e também como uma forma de saída do Bolsa Família. Eu destaquei isso porque eu considero esse programa, e a permanência dele – ele vai exigir recursos bastante significativos – porque nós queremos, junto com aqueles engenheiros que eu falei, criar uma relação entre engenheiros e formação técnica profissional, para garantir no Brasil uma expansão continuada, porque isso é um fator, é um fator de inibição. Se a gente for olhar do ponto de vista da área industrial, comercial e de serviços, esse é um gargalo. Daí porque nós fizemos o Pronatec, que é esse programa de formação junto com o que nós chamamos

de Sistema S, que são escolas técnicas que os grandes empresários do Brasil mantêm através das suas confederações da indústria, das confederações do comércio e da agricultura. Bom, o crédito cresceu 22% do PIB em 2002 para 55% na atualidade. Veja bem que é um número bastante conservador quando a gente vê certas expansões do crédito, que algumas vezes chegam a 185% do PIB.

Bom, na atualidade, o comércio exterior está em 500 bilhões, quando em 2002 era de 60 bilhões – é 500 bilhões hoje. E eu acho que haverá uma expansão muito significativa desse comércio, não só diante da retomada, mas, sobretudo, dos acordos que estão em processo de negociação com União Europeia e outros países. Bom, o movimento de passageiros dos aeroportos – e aí vem um dado importante, que mostra o tamanho do gargalo – o movimento dos passageiros nos aeroportos brasileiros cresceu 180%. Nesse mesmo período, o movimento nas rodovias cresceu 95%. O volume de carga nos portos cresceu 60%, e nas ferrovias 80%. Isso considerando os limites que os marcos regulatórios, tanto de ferrovias e portos, impunham ao setor privado. Uma das características mais importantes do modelo de portos aprovado no Congresso é que ele abre a possibilidade para portos de uso privativo, portos privados, de uso privativo. Se em 1808, o Dom João VI, por conta do Napoleão abriu os portos às nações amigas, nós abrimos portos para o setor privado com o modelo dos portos.

Esses programas e esses números colocam a urgência e a premência de a gente investir em infraestrutura. O Brasil hoje precisa dessa infraestrutura, necessita dessa infraestrutura. Nós somos, hoje, o maior exportador mundial de carne bovina, de frango, de suco de laranja, de café, de açúcar e de tabaco. Somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Esse ano, inclusive, a produção de soja do Brasil, devido à crise aqui nos Estados Unidos, vai superar a produção de soja americana. E nós somos, também, não só nesta área de commodities, mas nós somos também um grande mercado. Hoje, as maiores empresas automobilísticas estão no Brasil, porque nós somos o 4º maior mercado de automóveis, o 1º mercado em cosméticos, o 3º em consumo de geladeiras, e grandes empresas também hoje produzem geladeiras no Brasil, e somos o 4º em aviação doméstica e venda de computadores, e o 5º em consumo de calçados. Este quadro mostra claramente o período que nós estamos passando, que é um período de solidificação tanto da economia quanto do mercado interno do país. Retrata que nós estamos superando a cultura do baixo crescimento, mesmo considerando que nos dois últimos anos nós tivemos um crescimento aquém do que queríamos e do que o mercado esperava, mas não é possível deixar de perceber que, óbvio, tem razões internas. Mas tem uma razão fundamental, que está relacionada à redução drástica – e os dados do FMI mostram isso – à redução drástica do mercado internacional.

Nós chegamos, então, a um momento especial. Nós vamos ter de dar um passo, e esse passo é um passo que vai ser dado para que a nossa estratégia de desenvolvimento tenha continuidade. Nós não teremos como sustentá-la se nós não tivermos vários processos. Eu estou destacando aqui o processo de investimento em infraestrutura, mais desse, mas esse quadro, ela tem... eu vou falar de algumas retaguardas que nós temos consciência que temos que estruturar. Primeiro, o nosso objetivo permanente de garantir rigor fiscal, controle da inflação e boa gestão dos recursos públicos.

Quando eu disse que a gente precisa de melhorar e de fazer uma... Eu não gosto da palavra reforma, porque ela dá a ideia que nós vamos desestruturar tudo. Não há como fazer uma reforma de Estado no Brasil no sentido de que você paralisará uma parte do país, não há como fazer isso. Nós teremos de fazer todas as reformas com o carro andando. Todas. O Brasil não tem, não tem tempo de esperar, isso cria desequilíbrio. Então, há que fazer as coisas simultaneamente, algumas por partes, outras de forma mais global, mas terá de ser feito enquanto o processo se desenrola.

Agora, nós sabemos que essa questão da competitividade brasileira é, sobretudo, uma questão que vemos que está ocorrendo no resto do mundo. Nós vemos redução do custo do trabalho, redução do custo do capital, nós vemos os países investindo, mudando alguns padrões, aqui, no caso, o acesso ao *shale gas* muda a produtividade da economia americana. Todo mundo está em busca de alterações no padrão de produtividade, e nós também.

Eu queria falar agora porque nós queremos rigor fiscal. Porque nós somos um país que atravessamos tudo isso mantendo algumas variáveis. Se você comparar com o resto do mundo basta, de uma forma muito estável, muito segura. Por exemplo, as despesas correntes no Brasil, as despesas correntes do governo federal no Brasil, elas estão sob estrito controle. Há uma melhoria qualitativa nas contas públicas, e ela está expressa na diminuição da dívida líquida do setor público, e também da estabilidade, quando não diminuição da sua dívida bruta, e também estão sendo reduzidas despesas que historicamente no Brasil foram extremamente altas, estão sendo sistematicamente reduzidas. Os gastos que caem com a proporção do PIB, o déficit da Previdência, cai de 1,7% em 2007 para 0,6%; as despesas do governo com pessoal, a despesa do governo federal com pessoal e o pagamento dos juros da dívida. A redução dessas três permite que nós tenhamos uma grande margem de manobra no que se refere à forma pela qual conduzimos o fiscal no Brasil, elas não são crescentes. Nós, inclusive, fizemos boas negociações, no sentido de garantir que não tivéssemos a pressão de custos das principais receitas, principalmente pessoal, sobre o nosso orçamento.

Nós também temos dois outros aspectos que consideramos estratégicos agora. Primeiro, aprimorar o controle das contas dos entes federados, principalmente no que se refere à nossa condição, à condição do governo federal e à relação do governo federal com os entes federados, que é onde a Constituição nos permite que nós tenhamos alguma interferência. Esse controle é para fortalecer o preceito da responsabilidade fiscal, tanto no que se refere aos resultados primários, mas, sobretudo, na redução da dívida líquida do setor público. E nós temos claro que o equilíbrio das contas públicas é pré-condição para estabilidade do nosso crescimento, não é só um fim em si, é pré-condição para a estabilidade do crescimento. Nós temos duas décadas perdidas, 20 anos que nos ensinaram isso de forma bastante clara. E para nós a responsabilidade fiscal é um princípio da nossa visão de desenvolvimento. Nós achamos que a responsabilidade fiscal, no caso de um país como o Brasil é condição da estabilidade.

E também eu sempre digo que o fato da gente ter – que é a segunda questão, e eu entro nela. Eu falei da primeira, que é o rigor fiscal, vou falar da segunda, que é que possuímos um sistema financeiro sólido com a presença de grande liquidez, provisões e que contribuiu para que tivesse uma expansão sustentável do crédito. Esse sistema é também

eficiente, ele tem participação do setor público e do setor privado. No setor privado de bancos privados nacionais e internacionais. E é importante sinalizar que as instituições públicas, durante um tempo, desempenharam papel importante, principalmente agora, nos últimos anos, diante da crise, e de maior turbulência nos mercados financeiros internacionais. Com a normalização dessa situação, a orientação que nós tomamos é que essas instituições, as nossas instituições públicas retornem às suas vocações naturais. E trata-se, portanto, de um reposicionamento dos bancos públicos, na expansão do crédito ao investimento, diante, inclusive, do aumento – e aí eu queria destacar isso – da participação do financiamento privado nos investimentos na infraestrutura no Brasil, assim como nós achamos que agora, também, de outros instrumentos financeiros. Para o Brasil, é essencial que haja essa maior participação. Não é possível que uma expansão do porte que nós necessitamos seja feita sem a presença de mercado de capitais, de outros instrumentos e do sistema financeiro privado.

Então, sintetizando, a realidade que nós vivemos é de uma forte demanda por infraestrutura e, justamente por isso, o Brasil terá de fazer esses expressivos investimentos em todas as áreas que eu já disse: ferrovias, portos. E lançamos para isso um programa de investimentos em infraestrutura, ele é paralelo ao PAC e, às vezes, o PAC o complementa, até para viabilizar o que é inviável quando feito do ponto de vista dos investidores privados. Nós estamos, então, enfrentando essa falta de investimento de décadas com esse crescimento.

Nesse novo ciclo, os investimentos de infraestrutura serão feitos no modelo de concessão, prioritariamente no modelo de concessão, que é: você concede para o investimento e a manutenção. E nós sabemos que é fundamental, para que isso ocorra, que haja rentabilidade nesses investimentos. Quando eles não podem ser feitos pelo setor privado, quando é incompatível, por exemplo, eu vou dar o exemplo na área de rodovias. Quando a necessidade de uma certa taxa de retorno for incompatível com o que é sustentável cobrar de pedágio, por exemplo, tem locais que você não consegue cobrar pedágio. Então, nesses casos, ou se faz PPP, ou se faz obra pública. De qualquer forma, o que nós preferimos é a concessão, e daremos prioridade àquilo que pode ser imediatamente concedido. Por quê? Porque nós precisamos não só dos recursos, é importante sinalizar e ter clareza, e falar isso de alto e bom som: nós precisamos da gestão também, a gestão. A gestão é muito mais eficiente quando feita dessa forma. Há entraves imensos no Brasil para gestão de obras. Quando são feitas pelo setor privado, exclusivamente, elas são mais ágeis, mais eficientes e, inclusive, de menor custo. Então, a razão disso é recursos e investimento, em alguns casos até é mais gestão do que recursos.

Bom, nós, então, estamos fazendo ferrovias. O objetivo, a meta é fazer 7.500 km de ferrovia agora, e mais 10 mil de ferrovias. E quero dizer para vocês que eu considero o modelo de ferrovias um modelo extremamente sustentável, porque ele tira o risco de demanda e deixa um único risco, que é o risco de qualquer obra de infraestrutura tem, que é o risco técnico de engenharia, pode dar alguma coisa errada. Agora, tira o risco de demanda, e esse é um elemento essencial. Há discussão no Brasil se isso é uma PPP ou é uma concessão. Nós consideramos que é mais uma concessão do que uma PPP. Ao

assumir o risco de demanda, é a mesma forma que ocorre no setor de energia elétrica, em que nós assumimos o risco da demanda, porque garantimos a demanda.

Bom, e os aeroportos no Brasil, os aeroportos internacionais. Nós vamos ter também 33 mil Km de energia elétrica, e vamos ter três leilões na área de óleo e gás, dois no modelo de concessão, e agora, no dia 21 de outubro, no modelo de partilha. E diversos programas de mobilidade urbana nos estados, por exemplo, em parceria com o governo federal, que são metrô, mon trilhos, VLTs e BRTs espalhados por todo o Brasil.

O programa de concessões, ele já está ocorrendo. É importante dizer que no ano passado nós fizemos as primeiras concessões de três aeroportos internacionais, tanto de Viracopos, quanto de Guarulhos, e quanto o de Brasília. Eu estive em todos e eles estão muito acelerados, as obras e a melhoria é visível hoje, nos aeroportos. Neste ano, em maio, nós fizemos o primeiro leilão de petróleo dessa nova fase, deu um resultado bastante significativo e concedemos 142 blocos. E no dia 21 de outubro, então, vamos fazer esse da partilha, que é o leilão de Libra. Libra é um campo especial porque se sabe quanto tem de petróleo, nós não vamos descobrir quanto tem de petróleo, lá se sabe. Se estima que seja, nos últimos anos, o maior leilão na área de petróleo no mundo. Nós vamos ter esse leilão, e agora 11 empresas se classificaram. Houve uma discussão no Brasil, mas a realidade é o seguinte: são 11 empresas que se classificaram, dessas 11, tirando uma empresa, que é muito grande, mas não é específica da área de petróleo, 7 delas estão entre as maiores do mundo em valor de mercado. Então, é um leilão que tem a participação de sete grandes empresas entre as 11 primeiras, em valor de mercado, o que dará um – eu acredito – um padrão de competição e de sustentabilidade para a exploração de Libra muito grande, até porque ela vai exigir de 12 a 16 plataformas. Ela, além de ser... Libra, além de ser um campo que pode produzir, no seu auge, 1 milhão de barris/dia, ela criará, no Brasil, uma demanda, na área de fornecedores de equipamentos, plataformas, sondas, árvores de natal molhada, enfim, todas as questões relativas a fornecimento de equipamentos, de uma ordem bastante significativa, de centenas de milhões de dólares, de bilhões de dólares nos seus 35 anos. É, de fato, um campo que abre as licitações específicas do pré-sal com um campo muito significativo. O governo espera muito dele, e nós consideramos que será um passo importantíssimo para a entrada do Brasil na área de produção de petróleo e exportação que se inaugurará nos próximos anos.

Vocês sabem perfeitamente que houve um ajuste na Petrobras, e que, a partir de agora, nós temos consciência, nós, com a entrada de plataformas, teremos uma produção crescente. Mas, além disso, nós sabemos que o Brasil será um exportador de petróleo, nós estamos caminhando para isso. As próximas licitações do pré-sal não vão ter essa proporção de Libra, até porque sabemos que não é adequado, em termos de mercado, mas o Brasil vai se posicionar como grande produtor no mundo e grande exportador.

Na semana passada, mesmo considerando o *shale gas*, ninguém tem... Não é todo país que tem 360 mil km de gasoduto como vocês têm, então, o *shale gas* tem uma grande produtividade para os Estados Unidos, mas talvez fazer 360 mil quilômetros de gasoduto, e amortizá-los, porque, além disso, o de vocês são amortizados, e amortizá-los não é algo trivial. Bom, na semana passada, nós tivemos o primeiro leilão de rodovias com muitos concorrentes. Uma rodovia, ela vai ter, ela tem uma participação privada razoável, aliás,

ela tem uma avaliação privada razoável, foram 8 competidores, tiveram um deságio significativo. A outra nós estamos revendo. Inicialmente os investidores disseram que ela era viável, depois começaram a temer pelo tamanho do pedágio, pela região e o tamanho do pedágio. Nós estamos revendo se ela precisa virar PPP ou se ela será obra pública. Nós vamos fazer novos leilões rodoviários até o fim do ano, o mesmo vale para os aeroportos, para o setor de petróleo e gás, que eu já disse.

Nós estamos fazendo leilões na área de energia significativos, também. E os resultados na área de energia são bem promissores. E estamos colocando para o governo inteiro, para todos os ministérios, um investimento em infraestrutura como nossa prioridade como crescimento para o país. Some-se a isso que nós estamos na 2ª fase do Minha Casa Minha Vida, produzindo 2,750 milhões moradias no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Bom, nós desenhamos para o sucesso desses leilões modelos de significativa rentabilidade que eu tenho certeza que os ministros já mostraram, mostrando condições de financiamento vantajosas. Também, além disso, além de mostrar essas condições de financiamento vantajosas, buscamos garantir a rentabilidade desses diferentes investimentos para estimular a concorrência e garantir também que haja uma eficácia e uma solidez, porque quando não tem essa rentabilidade, não é sólido, o investidor depois não consegue cumprir o que está no contrato.

Bom, nós também sabemos que na última década nós fomos felizes em garantir renda, em garantir crescimento, agora nós queremos garantir isso. E aí eu vou falar aqui que falta nessa apresentação que nós todos fizemos, uma área, que é a área da banda larga, que é a área da telecomunicação, da tecnologia da informação e da infraestrutura para viabilizar a entrada do Brasil na economia do conhecimento. Nós estamos modelando agora esse processo para o investimento na banda larga. Ele faz parte também, do nosso compromisso com a questão da educação. Nós achamos que o Brasil será um país de renda elevada ou média se, e só se nós investirmos em educação. Por isso, o governo federal colocou na lei que enviou ao Congresso que todos os royalties que ele recebe, ele, governo federal, recebe, iriam para a educação. O Congresso acabou aprovando só 75, mas dá um valor considerável, dá em torno de R\$ 112 bilhões nos próximos 10 anos, e 50% do Fundo Social também para a educação.

Combinado com infraestrutura e a participação privada, porque o Brasil não tem, nós iremos fazer isso com a participação privada. O governo não tem a menor pretensão de ficar fazendo última milha, e também não tem a menor pretensão de fazer aquilo que o investidor privado quiser fazer, se ele quiser fazer o backroll, perfeitamente, ele faça o backroll, se ele quiser fazer o backbone, perfeitamente, que faça o backbone. Agora, o que nós queremos? Nós queremos banda larga e queremos capacidade maior de banda larga. Nós não queremos 1 mega real de banda larga, nós queremos o padrão, eu não vou dizer qual é o padrão, mas o da Coreia é 50, 50 mega de banda larga. Nós queremos um padrão internacional para que o nosso país de fato acesse, combinando educação, inovação. E infraestrutura será necessariamente isso. Nós não queremos perder o barco, como perdemos na ferrovia, nós não queremos perder o avião da história, ou talvez o foguete.

De qualquer jeito, é importante perceber que o que nós queremos? Nós queremos que esse programa de infraestrutura traga... seja um sucesso. E como é que ele pode ser um

sucesso? Se ele trazer benefício para os investidores, para os prestadores de serviços, para o usuário, para a população que vai receber esse serviço, que certamente vai ganhar a população, certamente ela ganhará. Serão serviços de maior qualidade, serão serviços mais eficientes. E quanto melhor a gestão, vai ser melhor para o conjunto da população brasileira, que nunca pediu para voltar para trás. O que a população brasileira quer, e ela deixa claro isso, tanto os que foram para a rua como os que não foram para a rua, deixa claro que quer isso, quer isso para avançar, para melhorar. Ela percebeu, e é isso um fator interessantíssimo no processo de inclusão social: as pessoas percebem que é possível. Quando as pessoas descobrem que é possível, elas querem mais, ao descobrir que é possível, elas querem mais. Nós – e eu queria dizer isso para vocês – nós temos certeza que precisamos hoje da parceria de todos, precisamos da parceria com o setor privado, precisamos compreender, também, o que quer a população do meu país, de entender os seus anseios, de colocá-la no centro da questão.

E, sobretudo, eu queria dizer aos senhores que tem uma característica no Brasil que eu reputo extremamente civilizada, do ponto de vista de uma sociedade aberta e democrática, que é o respeito às instituições e aos contratos. O que é o componente essencial do respeito aos contratos? É que não é possível tratar a questão de respeito ao contrato como se fosse uma questão governamental, não é uma questão do governo, é uma questão do Estado brasileiro, não interessa quem fez o contrato, você pode não gostar de quem fez o contrato, você pode discordar do contrato, mas se ele foi assinado por uma autoridade, ele é cumprido. Eu acho que isso foi... começou há alguns anos atrás, acho que começou no governo anterior ao do presidente Lula, mas o presidente Lula respeitou isso e eu sou testemunha disso, porque fui sua ministra de Energia e ministra-chefe da Casa Civil. E eu quero dizer a vocês que eu respeito isso. Acho que essa é uma distinção do Brasil em relação ao resto do mundo. Nós não tergiversamos a esse respeito. E não acredito que haja alguém no Brasil, como não tergiversamos a respeito da inflação, e a inflação é um valor no Brasil, como não tergiversamos a respeito de responsabilidade fiscal, também não tergiversamos sobre contrato.

E eu queria, finalmente, dizer a vocês: eu acho que todos nós devemos ganhar e eu espero que haja empresas no Brasil, algumas vão vir de fora, outras vão surgir, nesse processo, o Brasil terá de contar com um tecido empresarial cada vez mais complexo e sofisticado, necessário para nós sermos uma economia moderna. Eu vejo no Brasil grandes oportunidades. E as grandes oportunidades são aquelas que permitem que surjam novos parceiros, novos players, não que eles tenham de nascer, eles já são de outros lugares e venham ao Brasil. Então, quero dizer aos senhores que também empresas internacionais são muito bem-vindas. E acredito que no Brasil... ele é grande o suficiente e há espaço para todos, espaço e também acredito que o Brasil tem uma capacidade de oferecer, nas próximas décadas, oportunidades que poucos países do mundo têm, com equilíbrio e harmonia. É uma sociedade que hoje tende a ficar cada vez mais harmoniosa. Acho que nós mostramos, nas manifestações de junho, que é possível lidar, de forma democrática, inclusiva e respeitosa, sem repressão, com manifestações, o que acho que é um grande valor no mundo hoje.

Muito obrigada.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a apresentação do novo Portal Brasil – Brasília/DF
Palácio do Planalto, 27 de setembro de 2013**

Eu queria iniciar dando boa tarde a todos.

Cumprimentar as ministras Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; Miriam Belchior, do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Helena Chagas, da Secretaria de Comunicação. Em nome delas eu cumprimento todos os ministros presentes.

Queria também cumprimentar os secretários-executivos,

Queria cumprimentar os integrantes do Comitê Gestor da Internet no Brasil. E dirigir um cumprimento especial e, em nome deles, agradecer a todo o Gabinete Digital: Valdir Simão, coordenador do Gabinete Digital da Presidência da República; e o Traumann, porta-voz da Presidência da República, o Thomas Traumann.

Queria cumprimentar também os dirigentes da Empresa Brasil de Comunicações, a EBC, o Nelson Breve,

Também o presidente do Serpro, o Mazoni,

E queria também cumprimentar cada um dos senhores jornalistas, senhoras jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Eu acho que nós, no Brasil, vivemos uma fase muito produtiva da nossa democracia. Acho que a aprovação, tanto da Lei de Acesso à Informação como todas as iniciativas tomadas. E aqui eu queria me referir à iniciativa da CGU – está aqui o nosso ministro da CGU – a iniciativa da CGU de criar o Portal da Transparência, entre outras, e a própria nossa adesão ao Governo Aberto. Tudo isso configura um quadro especial, no sentido de busca da transparência, da prestação de contas e da diminuição do grau de assimetria que existe entre o cidadão e o governo, no que se refere a informações, no que se refere ao acesso à própria lógica política que está por trás de todas as políticas públicas que a gente desenvolve.

Elas, apesar disso, apesar de já terem algum tempo, elas são recentes, e elas exigem que a gente busque não nos conformar com isso e procurar a valorização de tudo que foi conquistado. Por quê? Nós viemos já... já tinha havido no governo do presidente Lula uma busca por tornar o governo digital. O que nós estamos fazendo é aprofundando isso, porque ainda a lógica analógica, dos papéis, permeia todo o governo. Então, a nossa ideia é justamente começar um processo no qual o governo muda de analógico para digital. O Gabinete Digital é esse esforço de fazer esse processo. Ele não é simples, nós sabemos que ainda durante algum tempo teremos essas duas questões correndo paralelamente, mas a ideia por trás disso é para fazer com que essa transição seja mais rápida, é isso. Nós estamos pensando, e por trás do que nós estamos fazendo, tem essa lógica e esse sentido.

E isso nós fazemos para quê? Não é um fim em si. O fim é justamente melhorar duas coisas: melhorar o acesso do cidadão, mas o acesso no sentido amplo, do cidadão ao governo, não só em termos de informação, mas no uso de todos os dados que o governo tem. Isso daí eu acho muito importante, essa relação aberta em que se usam informações do governo, que são disponibilizadas brutas, e o cidadão faz o que ele quer com as informações. Isso eu considero um lado muito importante desse processo. Mas, também,

o acesso a dados. Os dados, por exemplo, lá do Ministério da ministra Tereza Campello, sobre Bolsa Família. Uma pessoa vai fazer alguma discussão a respeito da questão da superação da miséria e precisa desses dados.

Então, eu tenho certeza que é um processo de melhoria da qualidade dos serviços e também da melhoria do grau de informação, para se criticar ou não, ou para buscar sugestões, ou para intervir. Esse é o propósito básico que nos moveu, ao lançarmos esse Gabinete Digital, que é justamente o motor que vai nos levar para um governo digital, quando nós vamos construir as condições para substituir o mundo analógico pelo mundo digital.

Então, nós agora estamos reformulando alguns dos instrumentos que nós temos. E isso significa que nós queremos construir uma prática sistemática de ouvir as ruas, de ouvir as ruas, de ouvir o que querem as universidades, de ouvir o que querem as pessoas, a população da cidade e do campo do Brasil, dos diferentes segmentos sociais, e ouvir as redes sociais, ter com as redes sociais também uma interação. E isso é que permite que eu diga que o Portal Brasil, que nós estamos hoje lançando na sua nova forma, é mais um instrumento para o exercício da cidadania, fundamentalmente.

Nós vamos usar todos os instrumentos que a rede permite, a rede é talvez uma das grandes invenções que vai transformar, eu acredito, o século XXI. Nós estamos num momento de, cada vez mais, ter consciência delas e ter consciência do poder da rede, da rede social. É importante não só para usá-la, mas, também, de uma certa forma, para protegê-la. Nós hoje tivemos acesso a informações a respeito da transformação da rede social em um campo de batalha cibernético entre países, e isso é aquilo que nós não podemos concordar.

Ao mesmo tempo, eu acredito que usar todas as possibilidades é uma forma de fazer aquele equilíbrio entre a assimetria que existe entre governo e cidadania, governo e sociedade, no que se refere às informações. Então, o Portal Brasil, o Facebook, twitter, aplicativos, disponibilizar base de dados e tornar cada vez mais esse governo digital, um governo digital e aberto é o que nós queremos.

E aí eu queria também ressaltar essa questão fundamental: muitas vezes, no Brasil, inclusive, o servidor foi visto com preconceito, não foi valorizado. Nós sabemos que sem o servidor público o Estado não funciona, o governo não funciona. Daí porque é necessário melhorarem a informação e a participação do servidor público, da mobilização do servidor público nas políticas sociais. Daí porque no nosso Gabinete Digital há uma preocupação forte com a questão da comunicação entre o servidor, a sociedade, as próprias camadas dirigentes do governo e tornar o servidor um ente fundamental, porque ele é crucial para a realização de todas as políticas para prestação de serviço e para a qualidade dessa prestação. E eu acredito que o novo Portal, também ele fornece as condições para a gente atuar nessa direção.

E eu quero dizer para vocês que tem, por trás disso tudo, nós temos um objetivo: Nós queremos simplificar, nós queremos, a palavra-chave é simplificar, é diminuir a burocracia, é tornar mais simples e direta a comunicação.

O Simão falou uma coisa importante, ele falou que o cidadão é uno. Muitas vezes o governo trata o cidadão como se uma pessoa fosse várias pessoas. Então, a mesma pessoa que acessa, quer ter acesso a uma informação sobre, por exemplo, o FIES, ela

pode estar querendo, também, saber do seu Imposto de Renda e saber do voo. O que nós temos de fazer? Quem é múltiplo é o governo. O que o governo tem de fazer? Tem de criar uma entrada única para esse cidadão único e se subordinar ao fato de que a partir daí, ele acessa aquilo que ele quer.

Então ao tratar o cidadão como uno, nós estamos reconhecendo e nos curvando, de forma humilde, ao reinado do cidadão sobre a questão da informação. Ele passa a ser aquele que define em que condições que ele acessa, e não nós que vamos definir em que condições ele vai acessar. O que nós temos de fazer é juntar as informações, dar racionalidade lógica para ele poder acessar, mas tratá-lo como uma pessoa, que é o que ele é, ele é uma pessoa, e não várias pessoas em busca de várias informações, ele é uma e buscando várias.

E por isso nós convidamos hoje todos os brasileiros e brasileiras a fazer uso do Portal, a fazer uso de todos os instrumentos e inclusive, também, a contribuir. Se alguém quiser inventar um aplicativo, nós estamos abertos a usá-lo. Se alguém perceber uma irracionalidade no nosso sistema, nós estamos abertos a escutar qual é a irracionalidade que fizemos. Se alguém quiser dar uma sugestão, mandar qualquer produto para nós, é tudo o que nós queremos.

Então, eu agradeço a todos vocês. Mais uma vez cumprimento o esforço do Gabinete. E eu vou lá visitar vocês. Não pude visitar porque acabei viajando, mas agora eu vou lá visitar vocês. Semana que vem, sem sombra de dúvida, estarei lá.

Um abraço a todos.

Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após encontro bilateral com o presidente da República do Paraguai, Horacio Cartes – Brasília/DF Palácio do Planalto, 30 de setembro de 2013

Meu querido presidente da República do Paraguai, Horácio Cartes.

Senhoras e senhores ministros de Estado e integrantes das delegações do Paraguai e do Brasil.

Senhores jornalistas, senhores fotógrafos e cinegrafistas.

Muito boa tarde.

Eu tenho e manifesto em meu nome e em nome do governo brasileiro especial satisfação de receber o presidente Horacio Cartes em sua primeira visita oficial ao Brasil.

Esta é nossa terceira reunião desde que o presidente tomou posse em meados de agosto. A frequência dos encontros que eu tive com o senhor presidente Cartes expressa a vontade do Brasil, e eu tenho certeza, também a do Paraguai, de aprofundar a parceria de nossos países em todos os níveis. Estamos unidos por importante conjunto de realizações na área social, econômica e energética. O Paraguai abriga a terceira maior comunidade brasileira no exterior. Nossas economias estão cada vez mais entrelaçadas, nossos povos mantêm relações de amizade e de parentesco. Compartilhamos também a maior usina hidrelétrica em geração de energia no mundo, a Itaipu binacional – eu disse em geração de energia elétrica, é maior que as Três Gargantas. Mas eu também queria dizer que acredito que as nossas relações e a nossa integração tem um potencial muito maior que isso.

Por isso, o momento é de retomar com intensidade o diálogo bilateral e ao mesmo tempo, fortalecer a nossa parceria histórica em âmbito regional. Eu recebi do presidente Cartes informações importantes sobre o estágio avançado das obras que vão levar agora conclusão da linha de transmissão em 500 kw, que permitirá levar mais energia de Itaipu até os arredores de Assunção, em Villa Hayes. Com sua inauguração prevista para o mês novembro, apesar dela ficar pronta em outubro, ela vai ser comissionada e a inauguração vai estar prevista para o mês de novembro. Eu acho que essa obra vai permitir grande possibilidade de atração de investidores no Paraguai, e contribuirá, sem sombra de dúvidas, para a industrialização do país gerando, lá, mais emprego e renda, contribuirá também para a integração das nossas cadeias produtivas, permitindo que Brasil e Paraguai se tornem cada vez mais integrados e cooperantes.

O Paraguai poderá utilizar em projetos produtivos, a energia que lhe cabe na produção global de Itaipu. Com isso, ganha o Paraguai e ganha o Brasil. Essa linha também é um símbolo, eu acho, da integração dentro do Mercosul, porque ela foi financiada pelo Focem, pelo Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul.

Nós também tratamos da cooperação na área social, na questão da luta contra a pobreza. Porque o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria, por parte do Brasil, e do lado do Paraguai, o programa agora lançado criando oportunidades, mostra que estamos num caminho comum nesta questão social, nessa na questão de reduzir a desigualdade que os nossos países, ao longo dos séculos, foram condenados e agora nós podemos através também dessa parceria – de um lado Bolsa Família e Brasil sem Miséria, de outro criando oportunidades – construir um caminho novo.

Eu agradeço ao presidente Cartes pelo tratamento dispensado à comunidade brasileira no Paraguai. Nos últimos quatro anos quase 15 mil brasileiros foram beneficiados pelo programa de regularização migratória. Esse é um exemplo que o Paraguai mostra para o mundo, de como tratar imigrantes. E o Brasil é extremamente agradecido por esse tratamento civilizado.

Discutimos ainda a iniciativa para que o comércio bilateral siga crescendo, sempre com mais equilíbrio e maior participação das exportações uruguaias [paraguaias]. Eu gostaria de dizer também que eu tenho certeza de que eventos empresariais, como a Exposição Brasil-Paraguai, em Assunção, em outubro próximo, e a semana do Paraguai, na FIESP, vão permitir às empresas dos dois países identificarem novas oportunidades de negócios. Disse ao presidente Cartes da nossa expectativa de iniciar em breve, a segunda ponte sobre o Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e Presidente Franco. Essa nova ponte será mais elo entre o Paraguai e o Brasil, tornará mais fluido o transporte de cargas e ajudará no escoamento das exportações paraguaias.

O presidente Cartes e eu falamos bastante sobre a integração logística no sentido de viabilizar custos menores para os nossos dois países, e essa integração passa por hidrovias, ferrovias e rodovias como foi falado na nossa discussão bilateral.

Eu acredito que é muito importante que nós tenhamos estabelecido uma cooperação na área ferroviária, nesse momento em que o Brasil dá seus passos no sentido de construir uma estrutura ferroviária no nosso país. É claro que o Brasil está atrasado, presidente Cartes, porque os países desenvolvidos construíram ferrovias no final do século XIX e no início do século XX. E nós estamos fazendo esse esforço agora, no início do XXI.

Eu tenho certeza que tanto para o Brasil quanto para o Paraguai esse esforço não vai ser em vão, porque nós construiremos canais de escoamento para grande produção agroindustrial e agrícola e pecuária que o Paraguai tem, e também para o escoamento da nossa produção. Nós precisamos dar um grande impulso à integração fronteiriça. O presidente Cartes destacou, inclusive, que tem muito mais coisa acontecendo do que até nós próprios sabemos, por essa iniciativa, esse empreendedorismo que há nessas regiões de fronteira, entre brasileiros e entre paraguaios, brasiguaios. E nós sabemos também que é muito importante para os nossos dois povos que nós olhemos para a fronteira com um cuidado especial.

Finalmente, eu queria dizer que nós discutimos bastante sobre a questão do Mercosul E eu reiterei ao presidente Cartes a importância que o Brasil dá à participação do Paraguai no Mercosul. Nós consideramos que essa participação do Paraguai no Mercosul tem um significado muito importante nesse momento e, consideramos também que nós sermos capazes de integrar, no Mercosul, de integrar da Patagônia ao Caribe – portanto, eu estou me referindo à Venezuela – torna a nossa região com um tecido multilateral muito mais forte.

Em um mundo em que cresce o desemprego e a desigualdade, eu acredito que as nossas políticas de desenvolvimento, de crescimento e de distribuição de renda fazem todo o sentido, principalmente porque nós somos uma região que tem de diminuir a diferença que historicamente os séculos construíram, entre os nossos países e os países desenvolvidos. E só uma estratégia em que todos os países ganhem é uma estratégia sustentável e viável. Portanto, para nós, seja no Mercosul, seja na Unasul, seja bilateralmente, o Paraguai será sempre um parceiro estratégico para o Brasil. E eu tenho certeza que nós seremos capazes, eu e o presidente Cartes, de estar à altura do desafio que é construir, implementar e, sobretudo, acelerar a integração e a cooperação entre nossos países.

Muito obrigada, presidente Cartes, seja bem-vindo o senhor e a sua comitiva.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço em homenagem ao Presidente da República do Paraguai, Horacio Cartes – Brasília/DF
Palácio Itamaraty, 30 de setembro de 2013**

Boa tarde a todos.

Queria, mais uma vez, cumprimentar o presidente Horacio Cartes, e dizer do nosso imenso prazer em recebê-lo.

Cumprimentar o Michel Temer, vice-presidente da República,

O ministro Ricardo Lewandowski, presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal,

O senador Jorge Viana, vice-presidente do Senado,

O deputado Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara dos Deputados,

O senador Sarney, ex-presidente da República,

Queria cumprimentar também os senhores ministros, as senhoras ministras, e os integrantes das delegações que nos honram com sua presença. Os integrantes da delegação do Paraguai e do Brasil.

Queria também cumprimentar os senhores e as senhoras chefes de missão diplomática acreditados junto ao meu governo.

Queria cumprimentar o deputado Nelson Pelegrino, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados,

Senhoras e senhores,

Eu, mais uma vez, reitero as boas-vindas ao presidente Cartes e à sua delegação, nessa sua primeira visita oficial ao Brasil. Aqui nós encontramos, mais uma vez, para nos confraternizarmos, fazer essa confraternização tão amigável entre paraguaios e brasileiros. Sua presença entre nós, presidente, acompanhado dessa expressiva delegação e da delegação empresarial, reflete a amizade e o entendimento que animam as relações entre o Brasil e o Paraguai.

Nós vivemos em uma América do Sul consciente do lugar que hoje ela ocupa, nesse mundo globalizado. Nós sabemos, presidente, que a prosperidade dos nossos países depende da nossa capacidade de articular uma integração entre eles – integração econômica, integração cultural, integração no sentido de uma cooperação intensa.

Antes de tudo, nós acreditamos que as relações cooperativas são aquelas que fundam o multilateralismo. O Brasil tem clareza da importância da Unasul, do Mercosul, e das relações bilaterais entre os países da América Latina. Nós sabemos que essas relações são relações que importam para a construção do crescimento e do desenvolvimento dos nossos países. A integração é, de fato, o caminho mais seguro, tanto para enfrentar os momentos de prosperidade quanto para enfrentar os momentos de crise. Ela permite que nós viabilizemos, de forma mais produtiva e eficaz, as nossas aspirações e os nossos projetos, por meio da combinação das nossas riquezas, por meio da combinação da capacidade diferenciada das nossas economias, das nossas economias, mas também por meio da integração das nossas cadeias produtivas.

Eu fiquei muito feliz, e falei isso na entrevista coletiva, de saber que a linha de transmissão que permite levar energia de Itaipu até Assunção está pronta, agora, em outubro e será definitivamente colocada para comercialização em novembro. Por que eu fiquei muito feliz? Porque isso é condição, a energia elétrica é condição para o desenvolvimento de regiões. Nós sabemos disso porque aqui no Brasil também tivemos momentos de deficiência na questão energética e sabemos o preço que pagamos por isso. Por isso estou satisfeita do resultado das nossas relações ser tão produtivo.

Quero dizer também que a criatividade de cada um dos povos, a engenhosidade e a capacidade de enfrentar desafios é algo que em uma relação de cooperação nós construímos para todo o país, para toda a nação. Para o Brasil, as relações bilaterais com o Paraguai, elas se dão nesse contexto de relações multilaterais com todos os países do hemisfério através da Unasul, com todos os países que estão abaixo do Rio Grande, como é o caso da Celac, e também com um estreitamento das relações entre os diferentes povos e nações.

Eu faço votos que o Paraguai, em breve, volte a ocupar plenamente o espaço que lhe cabe nesse concerto de nações. Eu sei do empenho pessoal do presidente e quero dizer que o governo brasileiro está integralmente ao lado do Paraguai no sentido de uma integração mais rápida.

Senhor presidente,

Muito me honra também que no nosso primeiro encontro o senhor tenha se referido ao seu compromisso com o combate à pobreza, a erradicação da pobreza, a diminuição das desigualdades nos nossos países como fator de cooperação, e o Brasil reitera, mais uma vez, que vai procurar, de forma sistemática, colocar à disposição do senhor toda a tecnologia que nós aprendemos na construção do Bolsa Família e do Programa Brasil sem Miséria para que o senhor tenha sucesso também, se nós pudermos dar a menor contribuição que seja. Eu sei que o esforço maior é do senhor, mas há esse importante elo entre nós que é o seu programa Criando Oportunidades. Esse programa Criando Oportunidades mostra como há uma convergência de compromissos entre Brasil e Paraguai.

Eu quero dizer que o nosso comércio bilateral também tem sido muito expressivo, e nos primeiros meses, oito meses deste ano, o nosso intercâmbio registrou um crescimento exterior a 20%. Tenho notado também, com grande satisfação, que as empresas brasileiras estão extremamente interessadas em investir no Paraguai, e olham para o Paraguai com a certeza de que o Paraguai passa por um momento especial, de grande possibilidades e, sobretudo, já efetivando um crescimento sistemático, ao longo dos anos. Nós precisamos reduzir as nossas assimetrias econômicas. Por isso, o papel das empresas, da integração de cadeias produtivas, dos investimentos diretos nos países e do aumento do comércio são instrumentos essenciais.

Agora, nós temos um grande patrimônio em comum, e esse patrimônio em comum é humano, são as pessoas, são aquelas pessoas que representam o nosso país no Paraguai, mas que também já são paraguaias, os chamados “brasiguaios”. Lá no Paraguai nós temos a terceira maior, o que é muito importante, o terceiro maior contingente populacional.

Essa mesma dimensão humana está presente em nossas fronteiras. As fronteiras são regiões vivas, são regiões dinâmicas, são onde as coisas estão acontecendo, não só, óbvio, nas fronteiras, mas no interior dos nossos países. Mas eu queria destacar as fronteiras, porque nós devemos um processo de desenvolvimento mais integrado a elas.

Há muitas décadas, senhor presidente, eu queria inclusive citar que o maior escritor brasileiro, talvez o maior escritor brasileiro do século XX, João Guimarães Rosa, que era chefe da Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores, escreveu, em prosa simples e objetiva, algo que me parece muito atual sobre as fronteiras e sobre o nosso relacionamento. Eu cito ao senhor, senhor presidente, assim: “O Brasil está, como sempre esteve, disposto a promover, em conjunto com o Paraguai, os planos necessários à utilização prática, não só do enorme potencial energético do Salto de Sete Quedas, como de todas as possibilidades que oferecem à agricultura e à navegação as águas do Paraná. De tal sorte, que esse grande rio, ao invés de oferecer aos dois países razões de litígio ou desavenças, seja, entre eles, um elo de união”. E aí, eu acrescento, senhor presidente: Paraná, rio da união. E tenho certeza que o senhor compartilha essa visão comigo, uma vez que nós temos, entre nós, um elenco de possibilidades, um horizonte de desafios e que nós temos hoje instrumentos, principalmente temos a vontade política de estabelecer essa união.

Para celebrar essa união, senhor presidente, eu quero propor ao senhor um brinde à amizade, um brinde à cooperação, um brinde ao respeito, um brinde à nossa relação

Brasil-Paraguai, ao que ela já realizou, mas, sobretudo, ao que nós ainda podemos realizar, para alcançar de benefício para os nossos povos. Senhor presidente, um brinde.